

# Acção Socialista

Nº 1210 - 17 Dezembro 2003

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva  
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



## NOVAS POLÍTICAS PARA A SAÚDE

*Os cinco trimestres de recessão que vivemos correspondem a vinte meses de acção de um Governo incompetente e socialmente insensível, com as cunhas a alastrar e o desemprego a atingir novos recordes. O PS sempre se distinguiu por saber apresentar políticas alternativas, como agora volta a acontecer na área da saúde, um domínio particularmente sensível às questões de justiça e equidade social. As Jornadas Parlamentares de Coimbra, dedicadas à saúde, marcam um ponto de viragem na afirmação de uma alternativa que visa defender e aprofundar o Serviço Nacional de Saúde, e combater as tentativas para o seu desmantelamento.*

3 e 4



### SUBSIDIO DE DOENÇA

**António Costa pede veto político de Sampaio**

7

### ABORTO

**Mulheres socialistas recolhem assinaturas para nova consulta popular**

13

### CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

**Fracasso de Bruxelas dá razão ao PS na questão do referendo**

15

### COELHO DENUNCIA

**Administração Interna feita em cacós**

17

**Boas Festas e Feliz Ano Novo**

O "Acção Socialista" voltará em Janeiro

# O GOVERNO PP-PSD

As eleições de Março de 2002 deram a vitória ao PSD, por uma escassa margem de 2 por cento sobre o PS. O PSD, como não obteve a maioria absoluta, decidiu constituir uma coligação de governo com o PP. Não lhes foi difícil chegar a entendimento, dada a grande proximidade sociológica e ideológica entre as duas formações. Descontada uma franja, hoje claramente minoritária, de orientação mais liberal ou até social-democrata, o PSD situa-se à direita do espectro político. Basta ver a sua filiação no Partido Popular Europeu, isto é, do lado dos conservadores, para percebê-lo. Durão Barroso é com Aznar e Berlusconi que sente as maiores afinidades, mesmo Chirac lhe parece já distante.

Mesmo assim, mesmo sabendo nós tudo isto, mesmo sendo evidente para todos a matriz de direita do actual Governo, impressiona o domínio ideológico e político que o PP vem imprimindo à coligação. Em vários aspectos cruciais, o PSD é um partido a reboque do PP! E, portanto, já não basta caracterizar a actual maioria como uma coligação de direita, é preciso dizer, para ser rigoroso, que se trata de uma coligação de direita ideologicamente hegemonzada por uma liderança de extrema-direita (que é esse o nome próprio da actual liderança do PP).

Há quatro áreas em que este facto é particularmente saliente e gera consequências particularmente graves.

A primeira é a frente doutrinária e ideológica. Como o projecto de revisão constitucional fabricado por Paulo Portas e Santana Lopes bem ilustra, esta direita ainda se sente pouco à vontade com o regime democrático e ainda é revanchista em relação ao 25 de Abril. O ataque descabelado à Constituição democrática, ao "anticolonialismo", ao "igualitarismo", à natureza programática, designadamente em matéria de direitos sociais, o que revela é essa incomodidade de uma direita ultramontana face ao modelo de democracia socialmente avançada que inspirou o regime político fundado pela revolução democrática de 1974.

A segunda área é a frente social. Não me refiro apenas à combinação entre privatização neoliberal dos bens e serviços públicos e assistencialismo que domina, hoje, as

políticas de saúde e segurança social. Refiro-me também aos enormes retrocessos que esta coligação quer impor em questões de civilização, como a redução de riscos na toxicoddependência ou o tratamento humanista da interrupção voluntária da gravidez. O que se passou nos últimos dias a propósito desta última questão é bem revelador quer da enorme hipocrisia da direita, quer da subordinação do PSD ao radicalismo extremista do PP.

A terceira área diz respeito à comunicação e informação. Os métodos que a actual direcção do PP aprendeu, nomeadamente na redacção do semanário "Independente", são os que hoje dominam a política de comunicação do Governo: a manipulação mais descarada, os ataques mais soezes, a mentira ou ocultação convertidas em arma política quotidiana. Há-de ficar claro, mais dia menos dia, como é que estes métodos foram implantados e seguidos, em particular para atacar e diminuir o Partido Socialista. Só espero que não seja demasiado tarde para a saúde da nossa democracia.

Finalmente, a questão institucional. Impressiona a cegueira de que parece atingida parte do PSD, face à avançada coordenada do PP de Portas e do sector santanista. É que o que se joga nessa avançada é a própria mudança de natureza do regime político, no perigosíssimo sentido do populismo. Não são apenas as eleições presidenciais que estão em causa, embora naturalmente a eleição de Santana Lopes para Presidente da República fosse a etapa culminante do projecto. São também a presença na cena mediática, ou a já referida frente doutrinária.

Durão Barroso poderá vir a ser, ele próprio, vítima deste caminho. Mas, por enquanto, ele é o principal responsável. É ele o responsável pelo desmesurado poder que o PP veio a ter na coligação de direita, é ele o responsável pela marginalização dos sectores mais modernos do seu próprio partido, é ele o responsável pelo alinhamento incondicional por Bush e Berlusconi.

A lição é, pois, simples: para combatermos, como devemos, a deriva direitista e populista da actual situação política, temos de combater Durão Barroso e Paulo Portas. Ambos, ao mesmo tempo.



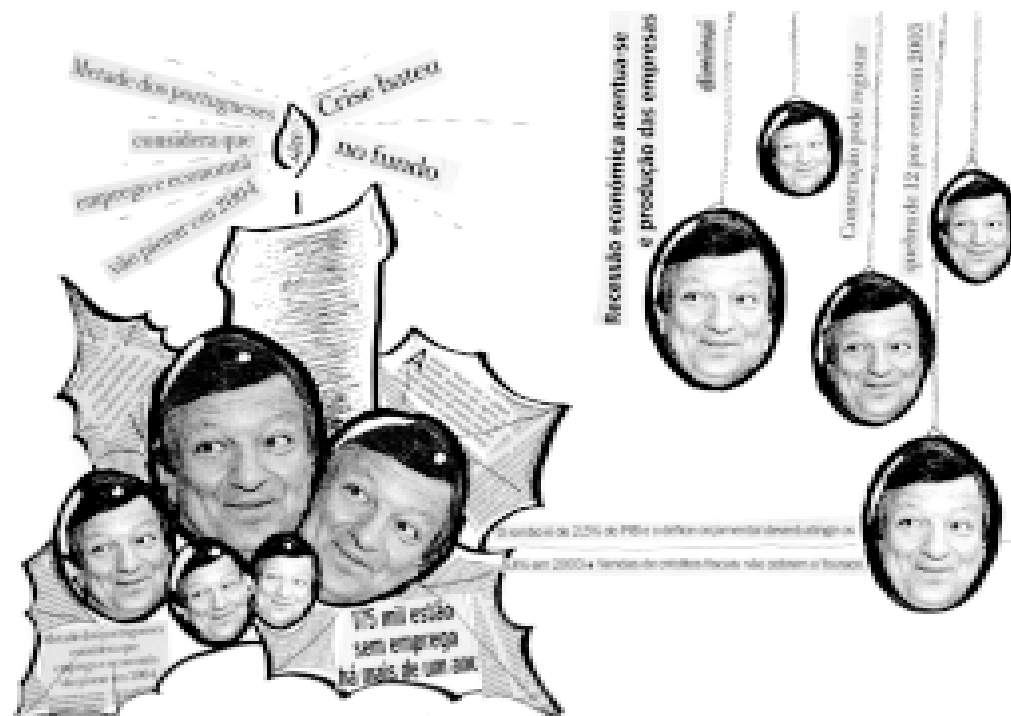
**AUGUSTO SANTOS SILVA**

*Augusto Santos Silva*

***Impressiona a cegueira de que parece atingida parte do PSD, face à avançada coordenada do PP de Portas e do sector santanista. É que o que se joga nessa avançada é a própria mudança de natureza do regime político, no perigosíssimo sentido do populismo.***

## (DES)ARRANJOS DE NATAL! BOLAS!BOLAS!BOLAS!

ANTOONIO COLAÇO



# SISTEMA DE SAÚDE CADA VEZ PIOR COM A GOVERNAÇÃO PSD/PP

Degradação dos serviços de saúde, aventureirismo na gestão hospitalar, falta de transparência na tomada de decisões, desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde e hipocrisia na questão do aborto, são algumas das acusações à política do Governo feitas pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no encerramento das jornadas Parlamentares, que decorreram em Coimbra entre os dias 15 e 17 de Dezembro.

Numa intervenção dura relativamente ao estado a que a coligação do PSD/PP conduziu a saúde em Portugal, Ferro Rodrigues anunciou também algumas iniciativas do Grupo Parlamentar, designadamente a apresentação de um requerimento ao Tribunal de Contas para realizar uma auditoria à gestão financeira dos 31 hospitais SA, um projecto de resolução para a criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas de Combate às Listas de Espera, o pedido de apreciação parlamentar do diploma que criou a Entidade Reguladora da Saúde e a alteração à lei que regula a Interrupção Voluntária da Gravidez.

Para Ferro Rodrigues, estas iniciativas são fundamentais para que os portugueses possam perceber o que está a acontecer na área da saúde e para que seja possível atenuar os erros que têm sido cometidos. "Algo vai mal – afirma o líder do PS – quando não há médicos nas urgências pediátricas em Lisboa, quando as listas de espera para intervenções cirúrgicas aumentam todos os dias, quando há hospitais onde as salas de



Não aceitamos uma estratégia de saúde que se reduz aos objectivos contabilísticos

espera são tendas de campanha".

Este estado de coisas atingiu-se não só por causa da incompetência dos governantes, mas também pela obsessão pelo défice, ainda por cima, sem que o Governo o consiga controlar. Por isso, como sublinha Ferro Rodrigues, o Partido Socialista fará uma "oposição violenta" a todas as políticas que visem reduzir custos, privatizar o direito à saúde, diminuir a capacidade de resposta e afastar o doente do centro

do sistema e substituí-lo pela obsessão contabilística.

O secretário-geral do PS criticou "o aventureirismo" que foi a criação de trinta e uma sociedades anónimas, sem que fossem avaliadas as experiências anteriores, sem terem sido realizados estudos prévios e numa completa ausência de transparência.

"Será que o que se pretendia era criar clientelas partidárias", interroga Ferro Rodrigues. "E já agora – acrescenta –

como explica o sr. primeiro-ministro que ainda antes desta experiência ter produzido quaisquer resultados se avance já para o novo figurino das parcerias público/privado? Será apenas para esconder que dos oito novos hospitais prometidos se calhar apenas um irá entrar em funcionamento lá para 2008?"

O PS considera também que o País tem de conhecer a verdadeira situação das listas de espera. É que, afirma Ferro

Rodrigues, num domínio em que as pessoas enfrentam situações dramáticas, "os doentes têm de ser o princípio e o fim de toda a acção do sistema".

## Descriminalização do aborto

A descriminalização do aborto voltou a ser um dos temas fortes da intervenção do secretário-geral do PS, depois do folhetim de desautorizações e reviravoltas dos partidos da coligação nesta matéria, com o PP a impor o seu conservadorismo radical ao PSD.

"Sempre o disse e reafirmo-o. Quem entende, como nós, que a criminalização da Interrupção Voluntária da Gravidez é uma violência contra a mulher só tem um caminho: acabar com essa criminalização", sublinhou.

Utilizando as palavras do porta-voz do CDS/PP Pires de Lima, Ferro Rodrigues disse que, ao contrário dos partidos da maioria, no PS todos os socialistas concordam que as mulheres que praticam IVG não devem ser criminalizadas.

"Na maioria há quem discorde da lei e queira a sua alteração e há quem discorde e prefira a política do faz de conta. Não querem que o aborto seja crime e, para tal, não querem que a lei se cumpra. Nós queremos descriminalizar as mulheres que praticam o aborto e para tal queremos alterar a lei. A maioria tem de ser confrontada com as suas responsabilidades. Se discordam da lei, têm de a mudar. Nós discordamos da lei, e vamos propor a sua alteração".

## SETE DIPLOMAS PARA MELHORAR A SAÚDE

**Nas Jornadas Parlamentares de Coimbra foram aprovados sete diplomas na área da saúde que o PS irá apresentar brevemente na Assembleia da República, visando, nomeadamente, assegurar mais transparência, eficácia e uma maior fiscalização em várias matérias relacionadas com a política de saúde, onde avulta desde logo medidas de combate às listas de espera para cirurgias.**

Neste quadro, o Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) irá apresentar um projecto de lei que visa assegurar a todos os cidadãos em tempo útil o acesso à prestação de cuidados de saúde pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Assim, nos termos da referida proposta, é dever do Ministério da Saúde promover formas de articulação com as administrações regionais de saúde com vista à utilização total da capacidade instalada no âmbito do SNS, bem como prestar informação ao utente sobre a

posição que ocupa, a unidade hospitalar e o serviço onde se encontra inscrito e a previsão do tempo médio de espera para a realização da intervenção cirúrgica. De acordo com o projecto de lei, os utentes do SNS passam a ter o direito de poder, no prazo de 180 dias a contar da sua inscrição na lista, realizar a intervenção cirúrgica em qualquer entidade prestadora de cuidados de saúde dos sectores público, privado e social, que tenha contrato celebrado com a ARS respectiva.

Por outro lado, visando dotar o Parlamento de informação adequada para acompanhar plenamente as medidas adoptadas no plano da eliminação das listas de espera, o diploma estabelece ainda que o Ministério da Saúde deverá enviar à Assembleia da República, em Janeiro de cada ano, um balanço sobre a avaliação das medidas de recuperação das listas de espera, bem como a planificação detalhada da sua progressiva eliminação.

A aprovação desta iniciativa legislativa a par de outras apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS – projecto de resolução que cria uma Comissão Eventual de Acompanhamento do Programa Especial de Combate às Listas de Espera Cirúrgicas (PECLEC) e o projecto sobre a realização de um diagnóstico rigoroso sobre as listas de espera – contribuirá para a resolução de um dos problemas que mais preocupa a população, devolvendo a confiança aos cidadãos e recolocando-os no centro do sistema de saúde.

Tornar exequível a instituição do Conselho Nacional de Saúde, através de uma alteração à Lei de Bases da Saúde é

o objectivo de um outro diploma apresentado pelo PS, que prevê a eliminação da exigência da eleição dos representantes dos utentes pela AR, definindo com clareza o âmbito de acção Conselho Nacional de Saúde.

Na sequência deste diploma, o PS apresentará um projecto de lei que cria o Conselho Nacional de Saúde, órgão de consulta do Governo, independente, que funciona junto do Ministério da Saúde, definindo a sua composição, competências e funcionamento.

Integrando representantes das organizações de defesa dos utentes de saúde, das organizações socioprofissionais e de outras entidades relevantes em razão da matéria analisada, o Conselho Nacional de Saúde, que reúne ordinariamente pelo menos ordinariamente duas vezes por ano, terá, entre outras competências, acompanhar parcerias público/privado, o processo de empresarialização dos hospitais, a prestação dos cuidados de saúde primários e adoptar eventuais programas ou medidas de recuperação das listas de espera.

A Lei das Associações de Defesa dos

Utentes de Saúde é outro dos diplomas apresentados pelo GP/PS, que tem como objectivo central valorizar o papel das associações de defesa dos utentes do sistema, estabelecendo para o efeito um conjunto de direitos de participação e de intervenção destas associações junto da administração central, regional e local.

O PS apresentará ainda no Parlamento um projecto de lei que cria a figura do Provedor da Saúde, órgão independente e imparcial que funcionará junto da Assembleia da República. Terá como competências receber queixas por acção ou omissão relativas a serviços de saúde públicos ou dos sectores social e privado, incluindo a prática liberal, e emitir pareceres, recomendações e propostas.

Os deputados socialistas vão também requerer ao Tribunal de Contas a realização de uma auditoria às contas dos 31 Hospitais SA, abrangendo, nomeadamente, a legalidade e a gestão financeira, incluindo a organização, funcionamento e fiabilidade dos sistemas de controlo interno.

## RECOLOCAR O CIDADÃO NO CENTRO DO SISTEMA DE SAÚDE

O PS tem levado a cabo uma série de iniciativas ao longo das últimas semanas no sentido de fazer um diagnóstico rigoroso do estado da saúde em Portugal, por forma a definir uma estratégia eficiente e eficaz de resposta aos verdadeiros problemas, numa área que considera dever constituir sempre uma prioridade política e onde os cidadãos devem ser olhados como o elemento central do sistema.

Assim, no quadro das Jornadas Parlamentares que hoje terminam, em Coimbra, os socialistas apresentaram, num documento final, as conclusões dos trabalhos, defendendo, na generalidade, a sua "convicção profunda" de que "o Serviço Nacional de Saúde deverá continuar a ser o elemento estruturante", sem negar, no entanto, "a imprescindibilidade da sua modernização e reforma", visando um cada vez melhor acesso e acompanhamento dos cidadãos e a sua sustentabilidade financeira.

Para os deputados do PS, "só através do sector público se poderão desenvolver estratégias de prevenção e promoção da saúde que exigem acções coordenadas e transversais entre diversas áreas da governação", pelo que "os objectivos políticos de gestão dos recursos e de controlo das despesas devem procurar ganhos em saúde e ser enquadrados por normas e referenciais de qualidade".

Assumindo uma "aposta clara nos cuidados primários", o PS apela num reforço da qualificação dos recursos humanos e exige, da parte dos poderes públicos, respostas adequadas e urgentes, nomeadamente no que respeita à abertura de vagas de especialidade e de valorização das carreiras de medicina familiar e de saúde pública.

Na área da toxicod dependência, os socialistas apontam para a ameaça de uma inversão de estratégia que se consubstancia num "discurso centrado exclusivamente na prevenção omitindo por completo as componentes do tratamento e de reinserção social".

Relativamente à empresarialização de determinadas unidades de saúde, teve amplo consenso a ideia segundo a qual esta podia e devia ser ampliada de forma controlada e sempre sem perder de vista o seu principal objectivo: "a racionalização de meios visando o combate ao desperdício onde este existia e um reforço de gastos nas áreas com carências mais profundas". Todavia, lamentam, "o objectivo de mérito e merecedor da nossa total concordância foi substituído, na prática de quase um ano, por uma lógica redutora e centralizada em torno de objectivos económicos".

Os deputados socialistas analisaram ainda os enormes riscos que, neste contexto, se perfilam em termos de controlo da utilização de dinheiros públicos.

Assim, o PS procedeu à aprovação de um conjunto de sete iniciativas legislativas a serem apresentadas na Assembleia da República, que procuram, em linhas gerais, dar resposta ao drama das listas de espera, fiscalizar as contas dos hospitais SA, imprimir transparência no sistema, regular a circulação de informações, promover o debate alargado, estimular o envolvimento dos utentes do serviço de saúde pública e priorizar a sua protecção.

## ALMEIDA SANTOS DEFENDE SNS E ALERTA PARA OFENSIVA NEOLIBERAL

Uma defesa veemente do Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi feita por Almeida Santos na abertura das Jornadas Parlamentares do PS em Coimbra, que manifestou a sua preocupação pela investida das teses neoliberais na saúde.

Na sua intervenção, o presidente do PS fez questão de lembrar e elogiar a acção do ex-ministro dos Assuntos Sociais António Arnaut, "um homem generoso, um humanista, que resolveu um belo dia, num sobressalto, levar a sério a garantia constitucional de um direito à protecção da saúde, realizado através de um SNS universal, geral e tendencialmente gratuito".

No entanto, alertou, "de recuo em recuo, a filosofia social - melhor dizendo socialista -, que presidiu ao desenho constitucional do SNS, vem sendo progressivamente neoliberalizada. Não tarda que, quando dermos por isso, do originário SNS, só restará a tabuleta".

Salientando que "a saúde pública é apenas um dos muitos domínios onde se joga toda uma filosofia económica, política e social", onde "o modelo económico neoliberal aspira a converter-se em verdade absoluta, em fim da história, impregnando com a sua lei todos os azimutes do pensamento e da acção", Almeida Santos criticou os socialistas que acabam por aceitar estas premissas.

Por isso, apelou para que o PS lute por "mais democracia", "mais direitos humanos", "mais justiça social", "mais solidariedade", "mais socialismo democrático", concluindo que "quem criou o SNS pode salvá-lo e vai salvá-lo".

## COSTA CONTRA VISÃO CONTABILÍSTICA DA SAÚDE

Perderam-se dois anos sem que se procurasse, de facto, atacar o problema da falta de resposta dos hospitais civis às necessidades da população. A acusação é do líder do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, no decurso de uma visita ao Hospital da Universidade de Coimbra, em que era acompanhado pelos deputados Almeida Santos, João Rui de Almeida e Renato Sampaio.

Nesta deslocação inserida nas Jornadas Parlamentares do PS, António Costa acusou o Governo de ter feito uma "operação demagógica" em torno da questão das listas de espera nos hospitais, lembrando que "antes das últimas eleições legislativas, o actual primeiro-ministro disse que não haveria novo aeroporto enquanto houvesse listas de espera". Só que, adiantou, "quase dois anos depois, não temos novo aeroporto e continuamos a ter listas de espera". António Costa baseava-se nos resultados que lhe tinham sido comunicados momentos antes pelo Conselho de Administração dos HUC relativos aos programas especiais para o combate às listas de espera.

Assim, a 30 de Junho do ano passado, estavam em lista de espera cerca de 9200 pessoas, tendo os serviços do hospital



dado resposta até hoje a cerca de oito mil casos.

No entanto, desde 30 de Junho de 2002, os HUC voltaram a acumular uma lista de espera com mais de 7700 pessoas, números que levaram o líder parlamentar socialista a concluir que o actual sistema de saúde nacional "é insuficiente para dar resposta à procura nacional".

Referindo ser "necessário investir mais no sistema e retirar o discurso economicista da área da saúde, que não pode ser encarada pela ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, como

uma mera questão contabilística de deve e haver", António Costa considerou que "é perigoso" seguir este tipo de opção.

Enquanto este grupo de deputados socialistas visitava os Hospitais Universitários de Coimbra, outras delegações percorriam a rede de saúde do distrito. Os deputados socialistas visitaram designadamente o Hospital Pediátrico, o Hospital de Covões, o IPO e a Maternidade Daniel de Matos, em Coimbra, o Hospital da Figueira da Foz, e os centros de saúde de Arganil, Góis, Lousã, Condeixa e Tábua.

J.C.C.B.

## PS PEDE APRECIÇÃO DO DECRETO

## NOVA ENTIDADE REGULADORA É INEFICIENTE

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS), nos termos consagrados na proposta governamental, tem escasso poder de intervenção e uma dependência excessiva do Executivo. Por isso, o PS vai solicitar a sua apreciação parlamentar.

Esta posição socialista foi transmitida por Rui Cunha no primeiro dia das Jornadas Parlamentares de Coimbra. Ao intervir num colóquio que teve como oradores convidados os professores universitários Pedro Ferreira e Vital Moreira, aquele membro do Secretariado Nacional manifestou-se contra a "insuficiência de equidade, cientificidade e qualidade" da nova entidade, por considerar que esta "não terá capacidade para se pronunciar sobre nenhum destes três critérios, uma vez que as suas competências são limitadíssimas e só pode actuar sob proposta do poder político".

Por outro lado, segundo Rui Cunha, "no diploma do Governo, verifica-se uma clara insuficiência do regime de contra-ordenações que poderá ser aplicado pela nova entidade, assim como não estão previstas quaisquer penas acessórias perante casos de infracções", sustentou. Também sobre este assunto, o deputado João Rui de Almeida disse mesmo não acreditar "que a gente que a está a preparar [ERS] tenha estatura moral" para essa missão.

O constitucionalista Vital Moreira considerou que, "tendo em conta as

alterações existentes nos últimos anos" no sistema de saúde, "impõe-se uma entidade reguladora, caso contrário seria a catástrofe". Mas não deixou de explicar que há diferenças entre a opção do modelo adoptado pelo Governo e aquele que ele mesmo propôs e que sustentou dever ser "uma regulação dedicada, independente e integrada", salientando ainda que pelo caminho ficaram entidades não só como o conselho consultivo, mas também o provedor do utente.

Neste contexto, o vice-presidente do GP/PS Afonso Candal mostrou-se apreensivo com a "real independência da nova entidade", assim como com "a falta de articulação prevista com outras entidades do Ministério da Saúde", estranhando ainda igualmente "a ausência da figura do provedor" no âmbito da ERS.

Já Pedro Ferreira, que abordou a perspectiva económica do problema, defendendo que cada vez mais a saúde deixa de ser encarada como um direito constitucional, para ser olhada como um negócio.

"O Ministério da Saúde não pode esperar que seja a entidade reguladora a resolver tudo, cabe-lhe desenvolver competências técnicas para a elaboração de contratos com privados", concluiu.

### Gestão privada dos hospitais não tem sido eficiente

A Saúde em Portugal foi o tema genérico do colóquio de terça-feira, integrado nas

Jornadas e em que foram principais oradores o sociólogo Manuel Villaverde Cabral e o ex-director Geral de Saúde Constantino Sakelarides.

Segundo o ex-director Geral de Saúde, ao contrário do que se passou em toda a Europa, a entrega da gestão privada no Amadora-Sintra, que está "instalado numa zona com fortes problemas sociais e com pressão populacional", não teve concorrência ao nível do concurso e quem saiu beneficiado pela atribuição "não teve que fazer investimento, apesar de ter direito a retirar mais valias".

"Isso é único", apontou o especialista em saúde pública.

Perspectiva também muito crítica assumiu Constantino Sakelarides em relação à controvérsia em torno das listas de espera.

"É preciso sabermos quantas pessoas e quanto tempo se espera em cada hospital e em cada doença. Sem informação pormenorizada, não é possível fazer-se muito, porque é o mesmo que se fazer uma soma sem olhar para as parcelas", sustentou.

Por seu turno, Manuel Villaverde Cabral disse que o último estudo nacional sobre a Saúde demonstrou que "os portugueses estão abertos aos genéricos, desde que validados por médicos".

O sociólogo disse ainda que o mesmo estudo comprovou uma "tendência hipocondríaca" dos portugueses.

M.R.

## SAÚDE

# HOSPITAIS SEM CONDIÇÕES CHOCAM FERRO RODRIGUES

Durão Barroso não está a dar a resposta prometida aos dramas hospitalares que são evidentes, sobretudo, nos serviços de urgência, um pouco por todo o País. Esta foi a denúncia feita por Ferro Rodrigues durante as visitas que efectuou, recentemente, a mais duas valências públicas de cuidados de saúde.

O secretário-geral do PS manifestou-se "indignado" com as condições em que funciona o Hospital de Seia, afirmando que se trata de uma "situação dramática em termos humanos". É que a referida unidade hospitalar está numa situação de ruptura tal que foi necessário aproveitar corredores e casas de banho para departamentos e serviços de atendimento aos utentes e mesmo para enfermarias. Ferro Rodrigues que a convite da Câmara Municipal visitou as instalações hospitalares, alertou para o facto das mesmas não terem condições de funcionamento para utentes e profissionais da saúde.

O líder socialista lamentou "o incumprimento total por parte deste Governo das promessas que fez em momentos particularmente importantes como foram as últimas eleições legislativas, em que foi prometido que haveria um novo Hospital em Seia", considerando que

"essa promessa foi rasgada".

Aliás, é "muito surpreendente que o Ministro da Saúde tenha sido convidado já várias vezes a visitar as instalações (hospitalares) e por três vezes tenha adiado", observou Ferro, classificando esta atitude da tutela como um "muito mau sinal".

"As pessoas em Seia, os habitantes em Seia, a Câmara Municipal, os profissionais do Hospital, aqueles que têm procurado gerir com estas dificuldades, têm todos de sentir uma enorme indignação, uma enorme vontade de protesto", acrescentou o secretário-geral, recordando ainda que durante o Governo do PS "houve diligências no sentido de haver novas instalações" e que o então ministro da Saúde Correia de Campos visitou o Hospital de Seia, tendo deixado expresso que se poderia e deveria na actual legislatura "estar a proceder a um projecto de um novo Hospital".

## Caos nas urgências pediátricas

Em Torres Vedras, dias antes, Ferro foi confrontado com o que classificou



As medidas do Governo para as urgências pediátricas instalaram a confusão nos hospitais de Lisboa

como um "autêntico caos" ao comentar a situação que se vive nas urgências pediátricas nocturnas de Lisboa,

responsabilizando o Ministério da Saúde pela descoordenação.

"Não é aceitável que haja um discurso

político responsabilizando os médicos de uma unidade contra os outros para explicar uma situação que é de autêntico caos nas urgências nocturnas em Lisboa", afirmou o líder do PS após uma visita ao Centro Hospitalar local.

O secretário-geral referia-se à declaração do ministro Luís Filipe Pereira afirmando que a falta de pediatras só se verificou quando as urgências nocturnas de Lisboa foram asseguradas por médicos do Hospital de Santa Maria e não quando o serviço foi assegurado pelos clínicos do Hospital S. Francisco Xavier.

Segundo Ferro, "qualquer solução tecnicamente possível é boa excepto aquela que existe que é uma situação de total confusão e de total incapacidade de resposta" e o Ministério, "em vez de procurar coordenar esforços, parece ter uma vocação, através do senhor ministro, de criticar, atacar e dividir".

Recorde-se que o actual modelo de urgências pediátricas nocturnas em Lisboa centraliza-se no Hospital Dona Estefânia, de terça a sábado, entre as 22 e as 9 horas, mas aos domingos e segundas-feiras é assegurado por médicos que se deslocam do Hospital de Santa Maria.

## DEBATES

## PS DEFENDE LÓGICA INTEGRADORA DA SAÚDE

Os socialistas não desistem da sua proposta de constituir Centros de Saúde de Terceira Geração, numa lógica integradora e multidisciplinar dos cuidados primários de saúde, recusando a pretensão governamental de atomizar estas valências e segmentar os serviços.

Esta a principal conclusão retirada do debate sobre "Cuidados Primários e Políticas de Saúde", que o Grupo Parlamentar do PS promoveu, no passado dia 9, em Portimão, e que, tendo como moderador o deputado Luís Carito, contou com a participação de Rui Nogueira (Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral), Mário Jorge Rego (da Associação Portuguesa dos Médicos de Saúde Pública) e Margarida Santos (enfermeira especialista em reabilitação).

Depois de assinalar os ganhos no sector que se têm verificado no nosso País como resultado de vários factores, como a melhoria substantiva da qualidade da água canalizada, a implementação do Plano Nacional de Vacinação e o seguimento de uma política materno-infantil cuidada, os oradores congratularam-se com o facto de indicadores da Organização Mundial de Saúde posicionarem Portugal no 12º lugar a nível mundial.

Na análise feita ao decreto governamental sobre os cuidados primários de saúde, os oradores apontaram para o que consideraram ser "uma lógica clientelar" e "despesista", assinalando os mais de 1500 lugares de chefia agora criados.

A ideia da "desvalorização dos instrumentos de promoção de saúde em

favor da lógica de medicalização de todas as situações com duvidosos resultados em termos de ganhos de saúde e com o provável aumento das despesas" não gerou controvérsia entre os diversos especialistas convidados, que também concordaram na inexistência de uma política social integrada, abrangendo não só os Serviços de Saúde mas diversas outras políticas sociais, hoje postas em causa pela indefinição relativamente ao Rendimento Social de Inserção, pelas reduções quer do subsídio de Doença quer do Subsídio de Desemprego, quer principalmente pelo drástico aumento do desemprego.

A urgência de se estabelecer uma "actividade intersectorial entre a Segurança Social, as câmaras municipais e as IPPS foi também tema em discussão a par da necessidade cada vez mais evidente de formação de profissionais.

Durante o debate, ficou bem patente a convicção generalizada de que é preciso "redireccionar política de vagas" nos cursos relacionados com saúde, passando, como se defendeu, "de uma lógica de disponibilidade de formação para uma lógica de necessidade operacional", uma vez que "esta é condição fundamental para minimizar os problemas decorrentes da actual escassez de médicos". Caso contrário, em 2012 a situação atingirá a crise.

Mas, para que isto não aconteça, afirmou Luís Carito, "impõe-se tomar medidas de curto prazo", como, apontou, "contratações exteriores".

Ainda no âmbito dos debates preparatórios das Jornadas Parlamentares do PS, a bancada socialista promoveu, no passado dia 2, em Setúbal, sob a moderação de Manuela Arcanjo, um colóquio dedicado ao tema da "Gestão Hospitalar SA". Neste encontro participaram também Manuel Delgado (Associação Nacional de Administradores Hospitalares), Rogério Gaspar (professor universitário) e Armando Gonçalves (Associação Portuguesa de Médicos de Carreira Hospitalar).

A ex-ministra centrou a sua intervenção nas questões relacionadas com a posição do actual titular da pasta da Saúde, relativamente aos hospitais SA, questionando até que ponto a actual estratégia não está demasiadamente direccionada para os problemas financeiros, sem atender a uma desejável e urgente melhoria dos cuidados prestados. Para Manuela Arcanjo, médicos e gestores defrontam-se presentemente com carências ao nível dos reforços, o que poderá condicionar os actos terapêuticos a uma política dependente de preços, isto é, "a escolha nem sempre será a mais eficiente, mas sim a mais barata".

À semelhança do que aconteceu na Europa, em que medidas congêneres foram tomadas, também em Portugal os utentes vão sofrer os efeitos negativos dessas decisões apressadas, nomeadamente, no que respeita à perda de qualidade dos serviços de saúde. Esta a conclusão defendida pela economista que não põe em causa o modelo jurídico dos hospitais SA, mas a sua aplicação precipitada.

## GOVERNO CEDE SNS A PRIVADOS

O Governo está a ceder a interesses do sector privado na área da saúde. A denúncia do PS/Algarve, divulgada no passado dia 12, aponta para a anunciada intenção de uma empresa privada abrir vários hospitais no distrito de Faro.

Em causa está a intenção da empresa Hospitais Privados de Portugal (HPP) – Sul de constituir uma rede de hospitais de proximidade na região, nomeadamente, em Faro, Loulé, Lagos e provavelmente Tavira. Perante este cenário, os socialistas consideram que tal tomada de posição tem como objectivo conseguir uma posição privilegiada no futuro concurso de parceria público/privado para a construção e gestão do futuro Hospital Central do Algarve.

"Definindo a estratégia dos Hospitais Privados de Portugal – Sul como de ocupação do território, (um responsável da HPP) anuncia o seu interesse pela constituição de uma empresa para gerir os centros de Saúde de Lagos, Vila do Bispo e Aljezur", acentua a distrital algarvia.

O PS considera que tais intenções não constituiriam motivo de preocupação, por se enquadrarem na normal definição dos interesses de uma empresa privada, "se não existisse uma preocupante aproximação entre os interesses públicos e privados".

Assim, aponta como exemplos o recente aval do Executivo entre o HPP e a Misericórdia de Loulé, a participação do HPP – Sul no Fórum de Saúde do Algarve e a presença do ministro da Saúde na inauguração do Hospital Privado de São Gonçalo de Lagos.

"Estamos perante uma situação em que se vislumbra a cedência de partes significativas do SNS aos interesses privados, nomeadamente na área dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, na contratação e exploração pelos privados dos serviços mais rentáveis e na cedência de instalações e equipamentos adquiridos com fundos públicos", afirma-se no documento.

Os socialistas acusam o Governo de criar condições para que o sector privado lucrativo da Saúde se desenvolva de uma forma segura e sem riscos, "uma vez que é apoiado pelo Estado através da garantia de um mercado financiado pelo orçamento estatal".

Sublinhando que nada tem contra os interesses privados no sector, o PS alerta contudo para "os perigos da mercantilização da Saúde", que se pode transformar "numa qualquer mercadorias, sujeita à lei da oferta e da procura, só tendo acesso a ela, não quem precisa, mas sim quem tem capacidade financeira para pagar o preço que é pedido".

## ERROS E AUSÊNCIA DE ESTRATÉGIA

*As tíbias justificações de Ferreira Leite, no final do ECOFIN e no Parlamento português, vieram praticamente fechar o quadro dos erros cometido pelo Governo.*

1. A actuação do Governo português na questão da aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento tem sido errática e desqualificante do Executivo, não defendendo como se impunha, os interesses globais do País. Prejudica os portugueses, com restrições excessivas, devido à obsessiva preocupação do défice e desprestígio Portugal no estrangeiro, com uma visão ultrapassada e inadequada das necessárias regras de funcionamento da Eurozona.



**JOEL HASSE FERREIRA**

Tudo começa pela errada interpretação do Pacto, adoptada pela ministra Manuela Ferreira Leite com uma visão que ignora o crescimento e privilegia a falsa estabilidade. Adoptando na prática a ideia peregrina de que não é urgente alterar a relação entre receitas e despesas públicas, mas sim, usando receitas extraordinárias e irrepetíveis, chegar formalmente a um défice compatível com a regra do limite de 3 por cento do PIB. Entretanto, diminui o investimento, contribui para o aumento do desemprego e avaliza tacitamente a desorçamentação na saúde, com a passagem de um número elevadíssimo de unidades de saúde do Sector Público Administrativo para o Sector empresarial.

2. Os erros de Manuela Ferreira Leite e do Governo, no seu conjunto, neste processo, são enormes. Procuremos enumerar os essenciais: Em primeiro lugar, colocaram o Estado português numa posição humilhante perante a Europa, adoptando critérios diferenciados (e que não voltaram a ser repetidos) na análise das contas públicas de 2002. Procuravam "vacinar" o País contra o PS, mas o que fizeram foi colocar Portugal na mira das sanções europeias, ao abrigo da regra dos défices excessivos.

Depois, obcecados pelo défice público, considerado de forma exclusivamente nominal, adoptaram manigâncias distorcedoras das boas regras contabilísticas, mergulhando o País na recessão, com os cortes provocados no investimento, com o aumento de preços e de impostos a que procederam (no IVA e no IRS), diminuindo a procura interna. Como efeito desta erradíssima política, já se contam hoje cinco trimestres sucessivos de diminuição do Produto Interno Bruto português. O investimento reprodutivo desceu brutalmente. E o desemprego tem crescido, a um ritmo de há muito desconhecido em Portugal. Não há perspectivas de retomar o crescimento, a não ser por um efeito de lento arrastamento, puxado pela procura externa. O que tem tardado. Entretanto, o tecido empresarial português está a sofrer danos irreversíveis.

3. No plano externo, o Governo português perdeu uma oportunidade de ouro de intervir no quadro europeu, ao não propor em Janeiro de 2003 o reequacionamento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Efectivamente ter-se-ia ganho um ano com o início da discussão da reavaliação do PEC. E caso a posição do Estado português, devidamente suportada por uma votação parlamentar esmagadora e prenhe de significado, tivesse sido recusada (o que possivelmente não aconteceria), seria clara a capacidade de iniciativa do Estado português, no quadro de uma União que patina no terreno económico e orçamental. Longe vão os tempos em que os governos socialistas contribuíam para marcar o ritmo europeu, em domínios como os das políticas de emprego e de inovação tecnológica, no quadro de uma concepção global de desenvolvimento que a estratégia de Lisboa consagrou.

4. Assim, foi a vergonha! Marques Mendes condenou a posição face à França e à Alemanha, enquanto Manuela Ferreira Leite avalizou essa posição com o seu voto. Durão Barroso tentou compor, mas era praticamente impossível. As tíbias justificações de Ferreira Leite, no final do ECOFIN e no Parlamento português, vieram praticamente fechar o quadro dos erros cometido pelo Governo nesta fase. Não foi capaz de explicar a sua incoerente posição no Eurogrupo e no Conselho ECOFIN, evidenciou a ausência de qualquer estratégia económica, parecendo correr atrás dos objectivos de um Pacto em que já ninguém acredita. Sacrificando, com essa obstinação, Portugal e os portugueses.

Opinião

## SEGREDO DE ESTADO

# TRANSPARÊNCIA É REGRA DE EXCELÊNCIA

Numa instituição representativa da vontade popular, a regra deve ser a transparência e o segredo a excepção. Esta a ideia central do projecto de lei do PS que visa regular o acesso da Assembleia da República e dos deputados a documentos classificados, se tal se justificar para o cumprimento da sua missão.

Na apresentação da iniciativa legislativa do PS, que decorreu no passado dia 3, o deputado socialista Medeiros Ferreira lembrou que o Parlamento "está em contínuo escrutínio público", sendo, portanto o "órgão de soberania onde a transparência é a regra de excelência".

"O que à Assembleia (da República) não chega, também ao soberano é sonogado", sustentou o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, antes de dar reafirmadas garantias de que o projecto do PS assegurará condições de segurança na circulação de documentos secretos nos meios parlamentares.

Segundo Medeiros Ferreira, o acesso a documentos e informações com classificação de segredo de Estado "é assegurado em condições de sigilo e segurança apropriadas aos presidentes do grupos parlamentares, ou de um representante de cada bancada que tenha tomado a iniciativa de requerer o acesso".

O parlamentar admitiu ainda a possibilidade de o documento classificado competir "exclusivamente ao presidente da Assembleia da República e presidente de comissão que solicitou esse acesso, mediante decisão fundamentada assente em excepcionais razões de risco".

"A segurança das informações classificadas no percurso e decurso da actividade parlamentar é assim uma preocupação central da iniciativa do PS, a par com a defesa das competências da Assembleia da República", sustentou o deputado açoriano.

No texto introdutório ao projecto de lei explicita-se que "a natureza excepcional



A salvaguarda da independência nacional, a unidade e integridade do Estado e de segurança interna e exterior constituem os limites do segredo de Estado

do segredo de Estado modela-se na compreensão de que só podem constituir matérias fechadas ao conhecimento dos cidadãos as informações, objectos ou factos que a serem divulgados de modo não autorizado possam acarretar um dano, mais ou menos significativo, à salvaguarda da independência nacional, da unidade e integridade do Estado e da segurança interna e externa".

Ora, a necessidade de regulação desta matéria é tanto mais relevante, como sustenta a bancada socialista, quanto o exercício das competências fiscalizadoras e legislativas da Assembleia da República exigem uma informação e acesso documental que não pode submeter-se a uma lógica de segredo de Estado que exclua o Parlamento, como se este não fosse, também ele um órgão estatal.

Em declarações à Comunicação Social, Medeiros Ferreira não hesitou em lembrar a polémica surgida com a chamada "lista dos espíões do SIEDM", em 1999.

"Se esta lei já tivesse sido aprovada, os

documentos que nessa altura aqui chegaram tinham chegado dentro de um circuito regulamentado por lei".

O projecto socialista, acrescentou, pretende "manter o equilíbrio de poderes entre a Assembleia e o Executivo".

O Parlamento tem como missão fiscalizar o Governo e o objectivo deve ser o da "atenuação da opacidade", explicou.

Assim, se o projecto socialista se constituir em lei, uma vez decidido que o diploma baixa à especialidade sem votação, pode então finalmente ganhar vida a Comissão de Fiscalização do Segredo de Estado, que existe há nove anos, mas só no papel.

Entretanto, foi acordada a constituição de um grupo de trabalho, presidido pelo presidente da Assembleia da República, com o objectivo de permitir o acesso do Parlamento a documentos classificados como segredo de Estado.

Esse grupo de trabalho deverá ser formado no âmbito da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, cabendo-lhe depois levar a plenário um projecto final.

## SEGURANÇA

# PS EXIGE EXPLICAÇÕES AO MINISTRO FIGUEIREDO LOPES

O PS está preocupado com os "indícios de instabilidade e de falta de autoridade" no Ministério da Administração Interna, tendo requerido a presença urgente no Parlamento do titular da pasta, Figueiredo Lopes.

Segundo o deputado socialista Vitalino Canas, "são públicos os inequívocos indícios de intranquilidade, de instabilidade e de ausência de autoridade em vários sectores dependentes do Ministério da Administração Interna".

"Todas as manhãs o ministro Figueiredo Lopes tem o telefone a tocar com a notícia de uma nova crise no seu ministério",

comentou em declarações aos jornalistas no Parlamento.

Segundo Vitalino Canas, "há preocupações manifestadas por vários sectores sobre o grau de preparação dos mecanismos e estruturas de segurança necessários para o Euro 2004".

Além de observar a "crescente radicalização" das posições sindicais na PSP "alegradamente por falta de resposta do Ministério, até às praxes no Instituto Superior de Ciências Policiais de Segurança Interna", o deputado referiu haver "indicadores claros de ausência ou deficiência de comando e de orientação política".

O ex-secretário de Estado do PS explicou ainda que "o incidente mais grave revelador dessa instabilidade" foi a demissão do comandante da Brigada de Trânsito da GNR, o major general Alfredo Assunção, "em circunstâncias que merecem ser avaliadas".

Vitalino Canas quer ainda conhecer a resposta política do ministro Figueiredo Lopes "às recentes e graves revelações feitas pelo ex-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e de Protecção Civil, Leal Martins, bem como à instabilidade que este serviço continua a denotar a nível directivo".

## MARIA DE BELÉM ROSEIRA NA AR

# SUPRESSÃO DOS DIREITOS DOS DOENTES DIMINUI JUSTIÇA SOCIAL

**Ao contrário do proclamado pelo Governo, "as alterações introduzidas no subsídio de doença visam verdadeiramente a diminuição de despesa e não maior justiça social na atribuição do subsídio", denunciou Maria de Belém, numa intervenção no Parlamento em que apontou os diversos erros de mais esta medida inserida na contra-reforma social que a maioria de direita tem vindo a levar a cabo com o apoio dos sectores mais retrógrados da sociedade portuguesa.**

"É uma diminuição de despesa que se pretende para compensar o acréscimo de despesa com o subsídio de desemprego", afirmou, sublinhando que o flagelo do desemprego "combate-se com políticas económicas eficazes que induzam o crescimento do investimento e as oportunidades de emprego, não se consegue comprimindo os direitos das pessoas doentes".

É que, sustentou, "a justiça social nunca poderá ser feita à custa dos mais fragilizados, através da redução dos seus direitos".

Para a deputada socialista, uma alteração das regras de atribuição do subsídio de doença que se concretiza na diminuição em 15 por cento do montante até agora em vigor nas baixas até 30 dias, e de 10 por cento nas baixas entre 30 e 90 dias é "absolutamente errada" e "contraproducente" e só pode contar com a "oposição frontal" do PS por várias ordens de razões.



É absolutamente errada e contraproducente a alteração das regras do subsídio de doença

Em primeiro lugar, disse, "é errada, por razões de natureza conceptual", dado que "o subsídio de doença integra o conjunto de prestações de natureza previdencial, que o mesmo é dizer de seguro público obrigatório, que devem estar ligadas ao nível remuneratório que visam substituir e não à duração do período de doença". Para além disso, alertou, "é uma medida fragmentadora da solidariedade colectiva porque, em ambiente de plafonamento, os mais ricos tenderão a fugir para modalidades de seguro privadas que apenas ao próprio beneficiarão, aumentando a clivagem entre ricos e pobres e debilitando a sustentabilidade financeira do sistema público".

Em segundo lugar, disse, a medida é "socialmente injusta" porque "diminui os níveis de rendimento expectáveis precisamente perante a ocorrência de uma eventualidade — a doença — que visa compensar". E isto, acrescentou, no país da União Europeia "com os níveis salariais mais baixos de toda a União, com a maior desigualdade na distribuição de rendi-

mentos e com a maior taxa de pobreza". Para Maria de Belém, a redução do subsídio de doença é também uma medida "fortemente marcada pela desigualdade do género", uma vez que "as mulheres serão as mais penalizadas". É que, lembrou, em Portugal, as mulheres têm um nível médio salarial inferior a cerca de 30 por cento ao auferido pelos homens, "o que explica as baixas taxas de trabalho a tempo parcial — porque os rendimentos auferidos são baixos e, como tal, indispensáveis na sua totalidade".

Por sua vez, adiantou, "a taxa de absentismo das mulheres é mais elevada e a isso não é estranha a carga que assumem, praticamente sozinhas, com os cuidados aos dependentes".

Para além de todos estes erros e malfetorias aos trabalhadores e à coesão social, Maria de Belém salientou ainda que esta medida "vem totalmente ao arrepio de todas as mensagens das modernas políticas de saúde, demonstrando uma visão sectorial e não integrada das políticas sociais".

J. C. CASTELO BRANCO

## VIEIRA DA SILVA AO "AS"

# CORTES NOS SUBSÍDIOS DE DOENÇA SÃO INACEITÁVEIS

A alteração que o Governo está a preparar no sistema de subsídios de doença foi considerada pelo dirigente do PS Vieira da Silva como "uma má mudança", porque, alertou, "para a grande maioria dos trabalhadores que, por doença, recebem o subsídio, o Governo vai cortar os seus rendimentos".

Assim, explicou Vieira da Silva ao "Acção Socialista", "nas baixas até 30 dias, que envolvem a maior parte das doenças e dos trabalhadores que recorrem a este subsídio, o corte dos seus rendimentos é de 15 por cento", adiantando que com esta alteração "são centenas de milhares de pessoas que vão ver os seus rendimentos cortados, em muitos casos agravando situações de pobreza". Segundo o porta-voz do PS, "esta é uma mudança que afecta principalmente aqueles que recebem salários mais baixos, ou seja a maioria dos trabalhadores".



"E não se diga que este corte é para 'moralizar' as 'baixas'", disse, sustentando que se há quem receba subsídio fraudulentamente "compete ao Governo combater essa fraude, mobilizando os serviços da Segurança Social e sensibilizando os médicos, trabalhadores e empresas".

Salientando que "é possível reduzir as irregularidades sem cortar os rendimentos de quem deles precisa", Vieira da Silva lembrou os resultados positivos alcançados pelos governos do PS entre 1995 e 2001 quando se conseguiu "reduzir a despesa com as baixas em quase 30 por cento sem cortar nos direitos".

E alertou que este corte que o Governo de Durão Barroso quer fazer "tem dois resultados graves: reduz o rendimento de quem precisa e obriga trabalhadores a renunciarem a um direito, indo trabalhar doentes para não perderem o seu salário, pondo em risco a sua saúde e até a dos outros". Referindo que os socialistas estão contra "estes cortes tecnicamente errados e politicamente insensíveis", adiantou que o PS "afirma desde já que, se este diploma vier a ser promulgado, solicitará a sua apreciação parlamentar e tudo fará para que as mudanças negativas que se anunciam não se venham a concretizar".

J.C.C.B.

## COSTA PEDE VETO POLÍTICO DE SAMPAIO NA REVISÃO DO SUBSÍDIO DE DOENÇA

A revisão do subsídio de doença constitui um "retrocesso civilizacional", considerou António Costa, lembrando que o Presidente da República pode usar o veto político ou o recurso para o Tribunal Constitucional.

Falando aos jornalistas no final de uma reunião com a direcção da UGT, o líder parlamentar socialista considerou que a proposta do Governo para a alteração dos pagamentos do subsídio de doença prevê "uma redução significativa dos direitos dos trabalhadores", sublinhando que Jorge Sampaio "não dispõe apenas do poder de pedir a fiscalização preventiva do diploma do Governo ao Tribunal Constitucional. Também tem o poder de usar o veto político".

Referindo que o Governo, "pressionado pelo CDS-PP quer introduzir em Portugal um modelo social próprio dos países emergentes, com redução de direitos", António Costa disse que o PS considera que se trata de "um retrocesso civilizacional e defende a manutenção do modelo social europeu, que trouxe a esses países desenvolvimento e inovação".

## AUTORIZAÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DA MADEIRA É DISCRIMINATÓRIO

O PS quer que a ministra das Finanças explique os motivos que a levaram a dar um parecer favorável a um empréstimo a contrair pelo Governo Regional da Madeira, no montante de 35 milhões de euros, para cobrir o défice do orçamento desta região autónoma, quando o aumento do endividamento das regiões está limitado.

Em requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, os deputados socialistas Joel Hasse Ferreira, José Medeiros Ferreira e Maximiano Martins pedem a Ferreira Leite que esclareça se autorizou e se conhece o decreto regional que aprova o orçamento da Madeira e autoriza um empréstimo de 35 milhões de euros em 2004.

Os deputados do PS querem também saber se se confirma que a dívida regional, directa e indirecta, se aproxima dos 1500 milhões de euros, ou seja, um valor superior ao do próprio Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2004, que é de cerca de 1420 milhões de euros.

"Não considera o Governo que este despacho da ministra das Finanças configura uma forma de discriminação face às autarquias locais, no que respeita ao endividamento?", perguntam ainda os deputados socialistas no documento.

## SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES DEVE DEMITIR-SE

A demissão do secretário de Estado das Comunicações, José Cesário, foi pedida pelo PS, que o acusa de ter mentido no caso do favorecimento da filha do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Martins da Cruz.

O deputado socialista Augusto Santos Silva sustentou que José Cesário "deixou de ter condições políticas" para continuar no Governo, porque entrou em "total contradição" entre o que disse à Rádio Renascença, a 7 de Outubro, e o que afirmou, no dia 2 de Dezembro, numa audição sobre o caso na Comissão parlamentar de Educação.

Augusto Santos Silva referiu que nas declarações que fez à emissora católica, no dia da demissão de Martins da Cruz, José Cesário assumiu como sua a iniciativa de apresentar ao Conselho de Secretários de Estado, a 21 de Julho passado, a proposta de alteração do regime excepcional de acesso ao ensino superior.

José Cesário terá mesmo sustentado que apresentou uma proposta de alteração sem indicação do ex-ministro dos Negócios Estrangeiros.

A proposta permitiria assim à filha de Martins da Cruz entrar no curso de Medicina, ao alargar o regime de excepção em vigor para filhos de diplomatas que completam o ensino secundário no estrangeiro.

No entanto, segundo Augusto Santos Silva, na audição parlamentar, o secretário de Estado, após as suas perguntas, deixou bem claro que, no processo, foi apenas um mero porta-voz do então ministro. A partir de agora, para o dirigente socialista, "José Cesário deixou de ter condições políticas para permanecer no Governo".

## FRANCISCO SALGADO ZENHA NOS DEZ ANOS DA SUA MORTE

Opinião

O ano de 2003 corresponde ao ano do nascimento e, por coincidência, aos dez anos da morte de Francisco Salgado Zenha, que foi um dos mais emblemáticos

**RICARDO GONÇALVES**  
DEPUTADO

opositores ao regime ditatorial de Oliveira Salazar. Natural de Braga onde nasceu no dia 2 de Maio de 1923, Francisco Salgado Zenha viria a falecer no dia 1 de Novembro de 1993. Salgado Zenha exerceu sempre a advocacia com distinção, sem nunca descurar a sua participação cívica na política, com destaque para um persistente combate à ditadura fascista, e após o 25 de Abril de 1974, na luta pela consolidação da democracia. Ainda como estudante de Coimbra, no ano lectivo de 1944/45, e numa altura em que era presidente da direcção da mais emblemática Associação Académica do País, a da Universidade de Coimbra, recusou participar numa manifestação de apoio a Oliveira Salazar acabando, por isso, por ser demitido da respectiva Associação Académica. Apesar desta demissão, Salgado Zenha não se intimidou e fundou, com outros colegas, o Movimento de Unidade Juvenil (MUD-Juvenil). Também por isso foi preso e torturado.

Como grande opositor ao regime salazarista, Salgado Zenha participou activamente na candidatura a Presidente da República do general Norton de Matos, em 1948. Foi nessa altura que conheceu Mário Soares. A participação activa de Salgado Zenha nesta campanha levou-o, mais uma vez, à prisão. Entre 1953 e 1958, e já depois de liberto, Salgado Zenha é proibido de exercer qualquer tipo de actividade política.

A violência física e psicológica exercida pelo regime ditatorial contra Salgado Zenha não o atemorizavam. Decide, por isso, integrar a candidatura do general Humberto Delgado à Presidência da República. Nesta mesma altura solicita, através de um abaixo-assinado, a libertação de Álvaro Cunhal, também ele um preso político.

Foi, de facto, invulgar a coragem e a ousadia demonstrada por Francisco Salgado Zenha. Revelando toda a sua coragem, candidata-se a deputado pela Oposição Democrática em 1965 e em 1970.

Em 1970, ano de eleições, Salgado Zenha é novamente preso em Lisboa e durante meio ano é permanentemente vigiado pela polícia. Em 1973, o bracarense Francisco Salgado Zenha integra o grupo que fundou o Partido Socialista.

Após a restauração da democracia em Portugal, a 25 de Abril de 1974, Francisco Salgado Zenha foi eleito deputado à Assembleia Constituinte, em 1975. A partir daí foi diversas vezes deputado e ainda ministro da Justiça nos I, II, III e IV Governos provisórios, e no VI Governo provisório foi ministro das Finanças.

Na sua terra natal, Francisco Salgado Zenha não deixou de exercer uma influente actividade política, tendo sido o primeiro presidente da Assembleia Municipal de Braga, funções que exerceu entre 5 de Março de 1977 e Setembro de 1985. O corajoso percurso político e social de Salgado Zenha foi reconhecido quando o Parlamento português o distinguiu, na sessão comemorativa do XXI aniversário do 25 de Abril.

Numa altura em que se aproximam as comemorações dos trinta anos de restauração da liberdade em Portugal e numa época em que as comemorações desta importante data começam a ter cada vez menos importância junto da nossa sociedade, torna-se importante projectar-se iniciativas que invertam esta situação.

Neste contexto, seria fundamental homenagear este ilustre bracarense dando o seu nome, nomeadamente, a uma estrutura com funcionalidade e dimensão significativa nas áreas da saúde, do social, do cívico ou do cultural.

Neste contexto, e levando em consideração que a Escola é um símbolo de sabedoria, de inovação e de juventude, uma das melhores homenagens que Braga lhe poderia prestar era baptizar, precisamente, uma das suas principais Escolas, com o nome de Francisco Salgado Zenha.

É lamentável que sempre que se projecta baptizar uma escola com o nome de um político com dimensão nacional, como é o caso de Salgado Zenha, permanentemente se diga que isso é politizar o nome da escola. No entanto, qualquer cidadão que se destaque em qualquer outra área, nem que seja nos "reality shows" da televisão, ou em outros alienadores com muito mais tempo de existência, logo é dado grande destaque pela nossa sociedade, cada vez mais massificada e dogmatizada pelo consumismo fácil.

Não se compreende que homens como Salgado Zenha, com uma extraordinária dimensão na sua difícil profissão de advogado e essencialmente como uma luta tenaz e generosa contra a ditadura e sempre pela defesa da democracia, que tudo fez para impedir o regresso de qualquer totalitarismo, sejam agora rejeitados pelos jovens e pelas elites pequeno-burguesas, que foram os sectores sociais que mais beneficiaram com as lutas de Zenha.

Salgado Zenha foi também um autarca que ajudou a construir o poder local democrático. Por isso, em sua homenagem e na de outros homens que lutaram pela liberdade e pela autonomia das autarquias, devia-se considerar oficialmente o 25 de Abril, não somente como o dia da Liberdade, mas também como dia do Poder Local e do Associativismo.

Esta decisão tinha a vantagem de trazer uma nova imagem às comemorações do 25 de Abril, tornando-as mais juvenis e renovadas. Com isso, as associações, o poder local e o povo em geral encarregar-se-iam de não deixar que acontecesse às comemorações do 25 de Abril o mesmo que se verifica com outros feriados nacionais, que pouco mais representam para as pessoas que mais um dia de típico passeio familiar.

## LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO

# DEPUTADOS SOCIALISTAS OUVEM PARCEIROS

O Partido Socialista quer reformular a Lei de Bases do Sistema Educativo para que Portugal tenha mais e melhor educação. Por isso, não pactua com abordagens banalizadoras, nem com descoordenações políticas que ameçam a qualidade e até a vida quotidiana das instituições de ensino.

Tendo apresentado e conseguido aprovar na generalidade, em Julho passado, o seu projecto de lei, os deputados do PS prosseguem as audições públicas aos diversos parceiros educativos e sociais, porque, segundo defendem, "a formação das nossas crianças e jovens e até dos mais velhos, ao longo da vida, é um assunto que afecta a sociedade em geral". Assim, no passado dia 3, no Parlamento, Augusto Santos Silva, Ana Benavente, Isabel Pires de Lima e Cristina Granada reuniram-se na sala D. Maria da Assembleia da República para, mais uma vez, ouvirem as preocupações de pais, professores e responsáveis por instituições de ensino públicas e privadas, que também deram o seu contributo para o aperfeiçoamento da iniciativa legislativa do PS, com críticas construtivas e sugestões alternativas.

À espera do debate na especialidade, que deverá realizar-se em Janeiro do próximo ano, o projecto de lei de bases socialista recolhe a aceitação geral dos parceiros que o saudaram reiteradamente por considerarem que o sistema "está em crise" e que "o Estado não pode continuar a fugir às suas responsabilidades nesta matéria".

Para a deputada Ana Benavente, desta reunião, que antecede outras sobre "aspectos mais específicos", há a retirar que, nas diversas abordagens feitas, ganha relevo uma vontade comum: "a de não deixar que se perca a lei de 1986 sobre a afirmação da escola pública". "Está bem patente uma grande preocupação com a qualidade da educação e face às respostas que o Governo tem dado e continua a dar às aspirações de qualificação dos cidadãos", lembrou a ex-secretária de Estado, que não esqueceu as "achegas" deixadas em matéria de gestão escolar e regime de autonomias.



A viabilidade de uma extensão da obrigatoriedade de frequência escolar até ao 12º ano, a complementaridade necessária entre as redes escolar pública e privada, o crucial papel do Estado, a importância da participação cívica na

reforma do sector, a colocação de professores e o crescente perigo da mercantilização do ensino foram outros temas abordados na audição pública promovida pela bancada do PS.

MARY RODRIGUES

## PRINCÍPIOS SOCIALISTAS PARA A EDUCAÇÃO

- Consagração do direito à educação e formação ao longo da vida;
- Articulação entre o sistema educativo e o sistema de formação profissional;
- Consolidação do ensino básico de nove anos e das competências fundamentais que assegura com pedagogias diferenciadas;
- Educação e formação profissional obrigatórias para todos até aos 18 anos com efectivas condições para a sua realização;
- Atenção à dimensão educativa dos cuidados com a primeira infância;
- Clarificação da identidade própria e da natureza certificadora do ensino secundário diversificando e enriquecendo as suas vias e libertando-o do ónus directo do acesso ao ensino superior;
- Desenvolvimento de formações pós-secundárias;
- Organização do ensino superior em dois ciclos de estudos;
- Atribuição aos estabelecimentos de ensino superior de maior capacidade na definição das condições de ingresso aos seus cursos e a sua abertura a novos públicos;
- Modernização da concepção e da organização da educação à distância;
- Extensão, a todos os estudantes, do direito à acção social escolar, independentemente da natureza pública ou privada dos estabelecimentos que frequentem;
- Articulação dos estabelecimentos de ensino e outros recursos educativos numa rede nacional de educação e formação;
- Flexibilização das modalidades de administração e gestão dos estabelecimentos de educação, sempre em obediência aos princípios de autonomia e de participação democrática e de primado do pedagógico.

## UNIVERSIDADE LUSÍADA

# ESCLARECER TODAS AS DÚVIDAS

Mais uma vez um acto legislativo do Governo despertou fundadas dúvidas. A aprovação por decreto-lei da transformação da Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada em Fundação Minerva gerou polémica, uma vez que não é claro que o processo tenha obedecido à estrita legalidade. As dúvidas avolumam-se ainda mais quando são conhecidas as ligações profissionais de membros do Governo àquela instituição de ensino superior privado.

O PS, não tendo nenhuma objecção a



que organizações de ensino privado se constituam em fundações, não deixa de pedir os devidos esclarecimentos.

Falando em Bruxelas à entrada de uma reunião de líderes do PSE, Ferro Rodrigues afirmou que quer ver esclarecida a legalidade e regularidade da passagem da Universidade Lusíada a fundação.

Na mesma linha, Augusto Santos Silva refere que "neste processo a dúvida é se foram aplicadas todas as regras legais no processo de formação da Fundação Minerva".



## FERRO APELA

# É URGENTE ACABAR COM BAGUNÇA NO GOVERNO

Um apelo a Durão Barroso para que no próximo ano ponha ordem na "bagunça" reinante no Governo foi lançado pelo secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, no domingo, em Montalegre.

"Em 2004, o primeiro-ministro tem que pôr ordem no seu Governo, que já não é um Governo, é uma bagunça, pois o que se passa nos vários ministérios é absolutamente descontrolado" afirmou Ferro Rodrigues no decorrer da festa de Natal do PS do Barroso.

Durão Barroso tem "a obrigação de proceder rapidamente a alterações nos vários ministérios", disse, salientando que, para isso, o primeiro-ministro terá de "colocar em ordem aquele pequeno partido mais da direita que tem uma força desproporcionada para os votos que teve nas eleições".

É que, sublinhou, "os portugueses não votaram para terem o senhor doutor Paulo Portas como ministro da Defesa e para terem, em sectores como a Justiça ou a Segurança Social, o CDS-PP que é um pequeno partido da direita que representa muito pouco em Portugal". Por outro lado, reafirmou ser "inaceitável" que o referendo da Constituição europeia decorra no mesmo dia das eleições para o Parlamento Europeu, como foi sábado reiterado pelo primeiro-ministro, depois do "falhanço estrondoso" da cimeira europeia.

## Reformar o PEC

Entretanto, Ferro Rodrigues tem mantido uma série de contactos com empresários e personalidades de relevo do País com o objectivo de recolher contributos que permitam formular uma proposta de reforma do Pacto de



Estabilidade e Crescimento.

Nesse âmbito, destaque para um almoço de trabalho com empresários da região do Algarve, onde o líder do PS defendeu que o PEC está "moribundo" e que, perante um pacto "estúpido", a solução passa por "acabar com a estupidez".

"Tal como está, o pacto está moribundo, para não dizer morto, e necessita não só de ser revitalizado como de novas regras que o tornem credível e aplicável em todos os países", disse.

Ferro Rodrigues considera que o actual PEC peca por se centrar excessivamente no critério do défice e por não incluir a diferenciação entre as situações estruturais dos países subscritores.

O secretário-geral defendeu igualmente que o futuro pacto terá de salvaguardar os encargos relativos aos investimentos onde serão aplicados os fundos estruturais.

A política económica do Governo, sob o pano de fundo da obsessão pelo défice, foi alvo de fortes críticas de Ferro Rodrigues que considera pautar-se por um "experimentalismo inconsequente"

e por "uma falta de visão a longo prazo". Num jantar com militantes socialistas em Olhão, Ferro Rodrigues considerou que o Governo seguiu uma proposta do PS para um debate em Portugal e na Europa sobre uma eventual revisão do PEC.

O secretário-geral acusou o Executivo de Durão Barroso de assumir "uma atitude contraditória nas reuniões europeias" sobre a ultrapassagem do défice público da França e da Alemanha.

Ferro Rodrigues recordou que o PS avançou com propostas para alterar as regras do PEC, num debate europeu sério e profundo.

Na sua intervenção, o líder do PS acusou ainda o Governo de direita de desenvolver um combate desleal contra a fraude "protegendo os poderosos e atacando os mais fracos".

## Defender a Constituição

Já na Póvoa de Lanhoso, a questão da revisão constitucional esteve no centro do discurso de Ferro Rodrigues, que acusou o PSD e o PP de quererem calar o Presidente da República, impedindo-o de falar sobre esta questão.

"Era o que faltava que o Presidente da República não pudesse falar sobre a Constituição que jurou cumprir e fazer cumprir", afirmou, alertando para o facto de o actual Governo querer fazer uma contra-reforma política, económica e social.

O líder socialista considerou ainda "indamissível" que o Governo ande a dizer que governa com uma Constituição que não é democrática, reafirmando que "a direita não deve contar com o PS para mudar o legado da Constituição de 1976".

## AÇORES

# APROVADOS PLANO E ORÇAMENTO REGIONAIS PARA 2004

Cerca de 279 milhões de euros é o volume de verbas afectadas à dinamização dos sectores produtivos açorianos tradicionais, como a agricultura, o turismo e a indústria. Assim o estabelecem as propostas de Plano e o Orçamento do Governo de Carlos César para 2004, aprovadas pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, no passado dia 4.

Os documentos estratégicos para a governação do arquipélago fixam deste modo o maior plano de investimentos de sempre naquele arquipélago.

No debate parlamentar em torno destes documentos estratégicos, o presidente do Governo Regional lembrou a obra feita pelo seu executivo ao longo dos últimos sete anos, recordando que nas décadas de governação laranja, as ilhas sofriram

de atrasos muito mais graves.

"Os Açores de hoje são muito melhores que os Açores que os governos do PSD nos deixaram", reafirmou Carlos César,

obtendo o apoio total da bancada socialista que, por outro lado, acusou a oposição de só criticar e não apresentar alternativas.

## SUBSTITUIÇÃO NO GOVERNO DE CARLOS CÉSAR

Ricardo Rodrigues pediu a sua demissão de secretário da Agricultura e Pescas do Governo Regional dos Açores, na sequência de uma onda de boatos que o envolviam no escândalo de pedofilia na ilha de S. Miguel. Fê-lo para não prejudicar a imagem do Governo e do partido e para não fragilizar a sua autoridade enquanto governante. Entretanto, veio a saber-se que não estava sequer a ser investigado pela Polícia Judiciária. Reagindo de imediato à demissão de Ricardo Rodrigues, o presidente do Governo Regional, Carlos César, nomeou para o cargo Vasco Cordeiro, até agora líder da bancada socialista no Parlamento açoriano. Para líder do Grupo Parlamentar do PS foi entretanto eleito Francisco Sousa.

O País relativo

## DURÃO BARROSO: O SENHOR 5%

*É hoje evidente que o Governo de Durão Barroso se deixou iludir pelo aparente retorno político imediato do discurso da tanga culpabilizador do PS. Parecia simples.*



MARK KIRKBY

A política orçamental e económica do Governo é um desastre e esse erro monumental custou e custa o emprego e a qualidade de vida a dezenas de milhar de pessoas. É hoje evidente que o Governo de Durão Barroso se deixou iludir pelo aparente retorno político imediato do discurso da tanga culpabilizador do PS. Parecia simples. O PS deixou as finanças num caos e o défice teria provocado uma crise económica que cabia ao Governo resolver. Solução: controlar o défice, retraindo o investimento público, porque contas

equilibradas dão confiança e estimulam o investimento privado. Um erro. O discurso da tanga, do caos, aliado à contracção brutal e cega da despesa pública, designadamente de investimento, agravou a crise financeira e provocou a mais grave crise económica e social de que há memória na última década. Porque não há investimento privado se não há consumo e não há consumo se as pessoas estão no desemprego, ou em crise de confiança. A crescer a tudo isto, o Governo não perdeu um minuto a pensar em adoptar medidas de amortecimento dos efeitos negativos do desemprego e de combate à exclusão social. Resultado, o desemprego é hoje uma via aberta para a exclusão e não tinha que ser.

Com efeito, no momento presente, o problema maior para as pessoas e para as famílias é muito mais do que o problema do desemprego: é, isso sim, o de como o Estado trata as pessoas que por força da conjuntura estão no desemprego. Um Estado dirigido por um Governo solidário, cuja política se dirige à defesa da qualidade de vida das pessoas e não tem por objectivo maior e exclusivo o de dourar mapas estatísticos, balancetes contabilísticos e quadros de execução orçamental, preocupar-se-ia, num quadro conjuntural de desemprego, em defender os desempregados. E defender os desempregados significa adoptar medidas que impeçam que quem seja atirado para o desemprego fique, por essa via, na miséria, sem o mínimo que lhe garanta a possibilidade de nesse período fazer face às despesas essenciais do seu agregado familiar e, sobretudo, que não entre numa espiral de exclusão que o impeça de, no curto prazo, voltar a uma situação de emprego. Isto passa por respeitar os direitos que a lei reconhece aos trabalhadores desempregados e a adopção de medidas activas que, por exemplo, ocupem transitoriamente os desempregados em programas de formação profissional e qualificação. Ora, o que o governo tem feito, e é espelhado neste orçamento, é exactamente o contrário. Desinvestimento nas políticas de combate à exclusão e à pobreza e nas políticas activas de emprego e, pasme-se, tentativa de limitar os efeitos negativos do desemprego sobre o défice reduzindo os direitos dos trabalhadores desempregados, designadamente cortando ao nível do subsídio de desemprego. Para além da insensibilidade social que este tipo de medidas representa — e que está também patente no ataque que é feito aos direitos dos trabalhadores em situação de baixa por doença — agravando ainda mais, em nome do combate ao défice, a situação já de si desesperada de quem tem o azar de ficar desempregado, a verdade é que são também medidas com efeito travão sobre a retoma da economia, já que retiram o poder de compra a segmentos da população com uma elevada propensão marginal para o consumo e agravam o clima de desconfiança generalizado.

O Orçamento aprovado pela maioria chefiada por Durão Barroso é uma insistência no erro. É como se estivéssemos a ver alguém a tentar pregar um prego à cabeça. Sem perceber que o prego está na mesma, mas a cabeça cada vez em pior estado. Não há como fugir a uma verdade factual: em 2001 o défice foi de 3.5 por cento e não havia recessão económica. Agora temos um défice de 5 por cento e quase meio milhão de desempregados, a um ritmo crescente de oito por hora.

*A nossa história está sempre  
Não de qualquer sonho. Mas daquele*

*Boas Festas e*



Consigno, a f



(1973 / 2003 - painel comemorativo dos 30 Anos do

*sempre ao lado dos sonhos.  
sonhos que queremos transformar em futuro.*

*Feliz Ano Novo*



*fazer o futuro.*



(Partido Socialista, em exposição na Sede Nacional)

# ZERO DECISÕES EM TURISMO

**JOSÉ APOLINÁRIO**

COORDENADOR DE TURISMO  
NO GP/PS

Mais de seis meses decorridos desde a Conferência de Vilamoura, poucos dias após a discussão na Assembleia da República do OE e PIDDAC para 2004 e com o XXIX Congresso da APAVT ainda na retina uma breve passagem pelo TURISMO obriga-nos a um decálogo de comentários e premissas sobre o "estado da nação" neste sector.

Do Governo do PS ficou uma marca de credibilidade no sector. Os factos falam por si: Portugal cresceu em entradas de turistas, aumentou as receitas, não só em 1998 como também nos anos subsequentes à Expo, consolidou uma estratégia, garantiu um volume de verbas muito significativo para o período 2000-2006: 180 milhões de contos no Programa Operacional Economia, um Plano de Formação Turística com objectivos de formação e execução bem precisos, um Plano de Expansão das Pousadas de Portugal. Segundo os dados da OMT divulgados pelo actual Governo, Portugal passou de 9706 milhões de turistas em 1995 para os 12.167 milhões no final de 2001. O quadro legislativo sectorial ficou igualmente consolidado. Uma estratégia que foi assumida no quadro do PNDES e estimulou positivamente as perspectivas do tecido empresarial com uma dinâmica sectorial activa que deixou aberto o caminho de participação na concertação social, com a integração no Conselho Económico e Social. Com o actual Governo, o turismo começou por ser desvalorizado – a título de exemplo recorde que o próprio ministro da Economia pouco ou nada falou de turismo no primeiro debate de orientação orçamental para 2003 –, o primeiro secretário de Estado mudou aparentemente em conflito com o ministro, e, repentinamente, anunciaram-se 40 medidas, tipo ementa, com as escolhas dos diversos subsectores e agentes do turismo, com o nome de Plano de Desenvolvimento do Turismo. Acto contínuo, a propaganda do dito Plano passa a "estratégia", o grande designio político para o sector, como se o Turismo em Portugal tivesse começado em Maio de 2003, perdão, em 1 de Agosto de 2003, data da publicação da resolução do Conselho de Ministros.

O Governo PSD/PP começou por sublinhar a novidade dos prazos, da calendarização das medidas, como novo sinal de responsabilização política. Primeiro truque: os prazos pomposamente anunciados em Maio só começaram afinal a contar em 1 de Agosto, data de publicação da resolução.

Veio depois esse objectivo de colocar Portugal no *top ten* do turismo mundial. Objectivo irrealista, assente num crescimento em quantidade do sector, que não em qualidade, que rapidamente se percebeu insensato, pese embora as declarações de simpatia e apoio de alguns agentes do sector. O novo secretário de Estado, o segundo do actual ministro, veio mesmo demarcar-se de tal objectivo, só atingível se Portugal crescesse e outros destinos, nomeadamente destinos turísticos emergentes, estagnassem. Infelizmente, verificou-se o crescimento do número de turistas noutros destinos concorrentes, e em Portugal os tempos são de estagnação ou de ligeira regressão.

Cada dia decorrido no calendário do mandato PSD/PP acentua uma ideia: o actual Governo aposta na quantidade (ainda que sem resultados concretos), na pressão sobre o meio-ambiente, nas soluções de revisão da legislação ambiental e de ordenamento do território, num nivelar por baixo, estando claramente mais apostado na imobiliária de lazer (também importante, mas não certamente o eixo fundamental de uma estratégia de turismo) do que na hotelaria tradicional. O grande desafio que se coloca ao sector é exactamente o de crescer sem destruir, sem beliscar a qualidade ambiental, sem se transformar em alvo de todos os que consideram o ambiente como integrante das diversas políticas sectoriais. Abstenho-me de desenvolver o conteúdo de recente comunicação da Comissão Europeia sobre turismo e desenvolvimento sustentável, mas não resisto a uma nota sobre o projecto Vilamoura XXI: diz-se nos corredores do actual poder que é um exemplo da burocracia, mas a pressão pública das organizações ambientalistas acabou por funcionar como estímulo a inovações e incrementos qualitativos no próprio projecto.

Mas também a estruturação orgânica institucional do sector passa por incertezas e contradições. A estrutura de Turismo do ICEP no exterior, como de resto as demais áreas, sofrem um processo de mudança, em nome da implementação da diplomacia económica. A ideia da diplomacia económica merecendo uma reflexão e ponderação, corre o risco de ser emenda muito pior do que o soneto. Para já acumulou a primeira grande derrota, e por falta de comparência. Onde esteve a diplomacia económica, a nossa estrutura diplomática, o trabalho de articulação sectorial, na promoção da candidatura portuguesa à Taça da América? Basta fazermos o contraponto: na candidatura portuguesa ao Euro 2004, sem estar instituída a diplomacia económica, tivemos de facto uma estrutura no terreno e ganhámos. Com o actual Governo PSD/PP e a tão propagandeada diplomacia económica foi o que se viu. Onde pára afinal a diplomacia económica?

No domínio da fiscalidade e do turismo as contradições também não podiam ser mais evidentes. A subida do IVA de 17 para 19 por cento penalizou desde logo o sector dos congressos e incentivos, com uma taxa de sete por cento em Espanha. Nos Pagamentos Especiais por Conta, com as alterações introduzidas pelo actual Governo, encontraram-se soluções específicas para alguns sectores, mas não foi aceite a nossa proposta para as agências de viagem, que propunha um cálculo com base nos proveitos da intermediação e não do volume global. A dedução do IVA de despesas profissionais, reclamada pelo PSD e PP quando na Oposição está na gaveta e já discutimos três Orçamentos de Estado, tendo Durão Barroso como primeiro-ministro.

Nas Pousadas, numa senda liberal que só não vende o que não pode, o Estado vendeu parte do capital da Enatur e concessionou a sua gestão a um privado. Independentemente dos pergaminhos no sector de diversos dos grupos concorrentes, a solução não é boa, desde logo porque o Estado perdeu um instrumento público de política de turismo. O Plano de Expansão de novas Pousadas para 2000-2006 está comprometido, na disponibilidade da decisão do concessionário, e com menos dinheiro; de uma medida fechada com 60 milhões de euros estamos agora com 34 milhões de euros, cuja decisão de investimento, mesmo tratando-se de dinheiros públicos, é anunciada pelo concessionário, sem uma palavra da Enatur, SA de maioria de capital público e perante o silêncio da tutela. Onde ficam os compromissos Com Peniche? e Faro (Estói)? E Linhares da Beira? E...?

Se falarmos de taxas aeroportuárias, face às quais o Governo definiu como objectivo adaptá-las a um quadro de competitividade, num prazo de 90 dias (30 de Outubro de 2003), o próprio secretário de Estado veio, em entrevista ao "Público", de 10 de Novembro, assumir que esta era uma promessa até agora não cumprida, que o problema não era apenas de taxas mas também de funcionamento dos aeroportos e em acções nada. Em Lisboa, no Porto, em Faro, os agentes do sector apontam o dedo à ANA, temos até o tal Plano de Desenvolvimento do Turismo, mas de decisões em concreto zero.

Sobre o cumprimento do tal Plano muito se poderia desde já escrever, mas reservemo-nos para Janeiro. Estarão passados 180 dias desde a publicação da resolução do Conselho de Ministros, mais de 240 dias desde o anúncio do mesmo pelo próprio primeiro-ministro, conhecer-se-ão os resultados provisórios do ano turístico de 2003. Ano turístico para já classificado de tempo de estagnação por credenciados agentes económicos do sector.

2004 será o ano do Campeonato Europeu de Futebol. A imagem de Portugal tal como a promoção turística do nosso país estarão em escrutínio por muitos milhões de telespectadores em todo o mundo. Vejamos se esta oportunidade para o turismo não é desbaratada.

## Caro (a) Militante,

Caso exista mais de um Militante na sua residência, por favor avise-nos. Assim, só enviaremos o número de exemplares do 'Acção Socialista' que os militantes considerarem necessário.

Se estiver de acordo, por favor preencha, recorte e envie este cupão para a Sede Nacional do PS.

Desde já, o nosso muito obrigado.

## À Direcção do Acção Socialista:

Desejamos receber apenas  exemplar(es) do "Acção Socialista" na nossa residência, deixando de receber os exemplares que até agora eram enviados para os militantes abaixo-assinados:

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ Militante nº: \_\_\_\_\_



Acção  
**Socialista**



## ABORTO

## SOCIALISTAS MOBILIZAM-SE NA RECOLHA DE ASSINATURAS PARA NOVO REFERENDO

O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) organizou, junto do Tribunal de Aveiro, uma concentração que contou com a presença de destacadas mulheres que em Portugal têm estado na primeira linha da luta pela descriminalização da interrupção voluntária da gravidez.

No dia em que foi retomado o julgamento de sete mulheres acusadas de prática de aborto, Sónia Fertuzinhos, presente na sessão de julgamento, afirmou em declarações ao "Acção Socialista" que é "imoral, indigno e revoltante a forma como estas mulheres foram questionadas".

"É inacreditável que num país como Portugal, em pleno século XXI as mulheres ainda sejam julgadas por aborto", considerou a presidente do DNMS, para quem, apesar de tudo, já se vislumbra uma luz ténue ao fundo



do túnel.

"A direita tem manifestado vontade de rever a legislação existente sobre esta matéria no sentido de eliminar a pena

de prisão nos casos de interrupção voluntária da gravidez, embora persista na ideia da necessidade de uma punição", explicou a deputada do PS, para quem o castigo, até às 12 semanas, é "simplesmente inadmissível", mas não negou "esperar com expectativa a proposta da maioria parlamentar". Questionada sobre a posição das mulheres socialistas face à realização de um novo referendo sobre o aborto, Sónia Fertuzinhos adiantou que "o DNMS está a mobilizar-se para colaborar no esforço da recolha das assinaturas necessárias" para a referida consulta popular.

A acompanhar a presidente das mulheres do PS estiveram Maria Antónia Palla, Ana Gomes, Elisa Ferreira, Lúcia Amâncio, Ana Sara Brito e Teresa Almeida.

M.R.

## APROVADO PROGRAMA DE ACÇÃO DO DEPARTAMENTO DAS MULHERES

**Acções de formação, campanhas temáticas e a instituição do Prémio Carolina Beatriz Ângelo são algumas das iniciativas incluídas no programa de acção para 2004-2005 do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS), aprovado pelo seu Conselho Consultivo reunido na Guarda.**

Na área da formação, e em colaboração com a Fundação José Fontana e Gabinete de Estudos do PS, vai realizar-se uma acção de formação de formadores, estando também previstos workshops temáticos trimestrais e acções de formação em todo o País, na área da igualdade de género. O plano de acção prevê também a descentralização das actividades do

Conselho Consultivo por todas as federações e a criação do Conselho de presidentes federativas que reunirão bimensalmente com o Secretariado Nacional. Visando reforçar o trabalho do PS com as ONG'S e CIDM, as Mulheres Socialistas propõem-se levar a cabo reuniões, encontros e acções conjuntas com estas organizações.

Por outro lado, está nos planos do DNMS a dinamização de debates e colóquios nas diferentes estruturas do PS com temas de âmbito nacional, regional e local, internos ou externos ao partido.

As Mulheres Socialistas propõem-se também assinalar com acções de formação e sensibilização datas importantes relacionadas com as questões da igualdade de género, bem como promover campanhas de acção com expressão nacional que marquem a agenda política.

O plano de acção para 2004-2005 prevê

também a criação do Prémio Carolina Beatriz Ângelo, de periodicidade anual, destinado a distinguir militantes que contribuíram decisivamente para a promoção da igualdade de género.

Uma maior participação a todos os níveis, nomeadamente na elaboração dos programas eleitorais, das Mulheres Socialistas nas eleições regionais, autárquicas, regionais e legislativas são também objectivos a atingir pelo DNMS, bem como uma maior articulação com o GP/PS.

A comunicação também ocupa um lugar de destaque no programa do Departamento, que pretende lançar um suplemento mensal no "Acção Socialista" e a criação de um site na Internet.

No plano internacional, é objectivo do DNMS liderado por Sónia Fertuzinhos fortalecer a presença e participação desta organização na Internacional Socialista e no Partido Socialista europeu.

J.C.C.B.

## VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA MIRA DAS SOCIALISTAS

O Departamento Nacional de Mulheres do Partido Socialistas (DNMPS) promoveu, no passado sábado, na Guarda, um encontro com as militantes e com dirigentes do PS local para discutir o programa nacional de acção para o biênio 2003-2005.

Antes disso, na parte da manhã, as mulheres socialistas visitaram um gabinete de atendimento às vítimas de violência doméstica da PSP da Guarda,

seguinte-se uma deslocação a uma casa-abrigo localizada na mesma cidade. Na parte da tarde, teve lugar uma reunião com o Conselho Consultivo do DNMS, onde foi debatido o programa, a posição do departamento relativamente à petição por um novo referendo sobre o aborto. O preocupante problema do desemprego feminino em Portugal foi outro dos assuntos em análise, a par da necessidade de se levar a efeito uma

campanha de sensibilização e informação sobre o projecto de Constituição europeia na perspectiva da igualdade de género.

Finalmente, foi também considerado importante que a prioridade defendida pelo partido relativamente à política de saúde tivesse em conta o apoio às famílias (maternidade/paternidade) no âmbito da estruturação vocação dos serviços de saúde.

## Pelourinho da República



«Aborto não devia ser penalizado.»

**D. Armindo Lopes Coelho**  
*Expresso, 13 de Dezembro*

«Ao contrário da Comissão Europeia, cujos cartões de ano novo deixaram de fazer referência à festa natalícia, nós ainda gostamos de festejar o Natal Cristão»

**João Carlos Espada**  
*idem*

«Preste um serviço à leitura.»

**Miguel Sousa Tavares**  
*Público, 13 de Dezembro*

«A manifestação de apoio a Paulo Portas no ano passado, foi um marco na história do país.»

**Luis Nobre Guedes**  
*DN, 13 de Dezembro*

«A mãe de todas as reformas é a luta contra o Estado tablóide que se instalou em Portugal.»

**idem**  
*Público, 13 de Dezembro*

«Parece que é crime falar de presidenciais»

**Santana Lopes**  
*DN, 13 de Dezembro*

«Apetecia-me dizer que não sou candidato, mas isso tornava-se desinteressante.»

**idem**

«Nas eleições presidenciais não pode haver um milígrama de irresponsabilidade.»

**idem**  
*Expresso, 13 de Dezembro*

«Quem não consegue ganhar eleições chama aos outros populistas.»

**idem**  
*sobre Pacheco Pereira*

«Cuidado com os rapazes!»

**Alfredo Barroso sobre Santana Lopes e Paulo Portas**  
*Expresso, 13 de Dezembro*

WWW.  
ps-pt

## UM FRACASSO EM TODA A LINHA

**A construção europeia não pode passar, sistematicamente, de Cimeira em Cimeira, à procura dos restos que vai deixando por resolver.**

A cimeira europeia, que decorreu em Bruxelas no último fim-de-semana, traduziu-se num evidente e rotundo fracasso.

Sempre se poderá dizer, como o fizeram alguns (antes e depois de desaire) que não deveria defender-se um acordo a todo o custo sobre a Constituição europeia, sendo antes aceitável que, perante certas dificuldades, se prolongasse, por mais algum tempo, o período de reflexão.

Não se vê bem como é que com mais algum tempo (outra coisa diferente é pensar em muito mais tempo) se pode alterar a natureza das questões e das respostas que estiveram na base do impasse.

O objectivo principal da Cimeira de Bruxelas era o de aprovar o novo Tratado Constitucional, com base no projecto preparado pela Convenção Europeia. O mandato de Laeken, sob o qual decorreram os trabalhos da Convenção, incorporava quatro objectivos essenciais:

- responder à necessidade de dotar a União Europeia de um quadro institucional mais coerente e estruturado;
- melhorar o funcionamento da União na sequência dos problemas não resolvidos e (nalguns casos agravados) na Cimeira de Nice;
- racionalizar o processo legislativo que tem vindo a perder coerência e eficácia;
- aproximar e motivar (e mobilizar) os cidadãos europeus para a construção europeia.

Estes objectivos, tornados necessidades absolutas, decorriam, em boa parte, do próprio estado de integração europeia, cada vez mais complexo e mais exigente e para o qual o equilíbrio actual já tem imensas dificuldades em encontrar soluções.

Tendo sido tomada, e bem, a decisão de avançar para um novo alargamento, a situação criada, com o súbito "crescimento" da Europa, exigia novas e mais eficazes respostas para esses mesmos problemas.

Ora é exactamente este "quase vazio" institucional que acaba por não ser preenchido. E, não o sendo, ou se aceita que a Europa pode esperar, eventualmente renegando os compromissos e, quem sabe, mudando a sua natureza e ambições ou se conclui que o resultado da Cimeira foi um rotundo fracasso, do qual terá de se partir de forma estruturada para outro patamar de exigência.

Esta vez não vale a pena meter a cabeça na areia...

É certo que ninguém pôs ainda em causa o interesse europeu; é possível que esta pausa não possa ser aproveitada para uma maior reflexão e audição das opiniões públicas; é formalmente correcto que o projecto europeu continua a ser unitário e de inclusão; é verdade que há muito trabalho realizado que pode ser aproveitado; e, é inequívoco que, mais cedo ou mais tarde, haverá um Tratado Constitucional.

Só que isto é o futuro sendo que o presente está já aí e não pode, no actual contexto, perceber-se bem como poderá ser realizado.

Não foi, aliás, preciso esperar muito tempo para ver surgir as primeiras, embora moderadas, tentações de uma Europa a duas velocidades.

E mesmo alguns aspectos "consolidados", como, por exemplo, a política monetária e a moeda única dela decorrente, começam a ser postos em questão. O método da Cimeira de Bruxelas demonstrou que a Europa só se construirá pela positiva e sempre se autolimita e estrangula, quando se pretende decidir na base do bloqueamento.

Alguns afirmam que 95 por cento dos problemas foram resolvidos e que basta agora um pequeno esforço para resolver os 5 por cento que ficaram. Só que nada pode estar resolvido, enquanto tudo não estiver resolvido, e dá-se o infeliz acaso de os 5 por cento dos problemas em aberto corresponderem a equilíbrios de poder e, portanto, a questões mais permeáveis aos egoísmos nacionais.

A construção europeia não pode passar, sistematicamente, de Cimeira em Cimeira, à procura dos restos que vai deixando por resolver.

Há que encontrar uma saída que permita concluir, se todos queremos caminhar juntos ou separados ou, se preferimos estar unidos ou divididos.

A derrota da Europa em Bruxelas já fez algumas vítimas: os novos Estados-membros, os que esperavam ansiosamente por uma atitude positiva para o futuro e até os actuais membros menos desenvolvidos que irão agora ser confrontados com perspectivas financeiras menos ambiciosas.

O enfraquecimento da Europa (político, económico e social) é, por outro lado, uma boa notícia para a estratégia mundial unilateralista dos Estados Unidos que somam a este acontecimento a recente divisão a propósito da Guerra do Iraque.

Ter a consciência destes factos é o primeiro passo para lutar contra o *desaire* e uma condição absolutamente indispensável para, no tempo adequado, retomar o caminho agora interrompido.

Como afirmou Romano Prodi no Parlamento Europeu: "A Europa não é um ideal abstracto ou um capricho, mas sim uma exigência da História". Devemos por isso respeitá-la.



MANUEL DOS SANTOS

Visto de Bruxelas

MÁRIO SOARES

## VALORIZAR E DEFENDER A ÁGUA

"Por uma nova cultura da água", é o sentido de um manifesto assinado por eurodeputados de vários países que pretende que as instituições europeias e os governos nacionais adoptem uma nova atitude relativamente a este recurso natural tão precioso. O eurodeputado socialista Mário Soares, que tem desenvolvido uma intensa acção de sensibilização em relação à necessidade de preservação da água e dos elementos que lhe estão associados, subscreveu o documento.

O Manifesto, designado "Um abraço azul: por uma nova cultura da água", é uma iniciativa de membros do Parlamento Europeu de várias nacionalidades e famílias políticas e pretende constituir um sinal de alerta para a necessidade de uma defesa activa do meio ambiente, assente na sustentabilidade dos recursos hídricos. Entre outras coisas, o Manifesto chama a atenção para a situação de "perigo" que representa o Plano Hidrológico espanhol, cuja implementação altera os caudais dos rios, alguns deles a desaguar em Portugal, devido à transferência de água de uns para outros.

O documento pretende, por isso,



reivindicar uma profunda mudança política e cultural ao nível das instituições europeias e dos governos

nacionais quanto ao modo de valorizar e gerir as águas dos rios, lagos e outros meios aquíferos.

## MANUEL DOS SANTOS RELATOR DA DIRECTIVA "EUROVINHETA"

O eurodeputado socialista Manuel dos Santos será o relator de um parecer da Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu sobre o novo regime tarifário a aplicar à circulação de veículos pesados nas estradas e auto-estradas da Europa, conhecido por "Eurovinheta".

Outro dos objectivos da proposta de revisão da Directiva do sistema tarifário é fazer com que a carga fiscal sobre o transporte rodoviário não aumente com a nova legislação, pelo que é sugerido aos Estados-membros, face a um possível acréscimo a pagar (em portagens ou em taxas de circulação), a diminuição equivalente dos impostos sobre veículos.

Manuel dos Santos considera que as propostas em análise visam generalizar e harmonizar as regras naquele domínio e criar condições para a diminuição de



acidentes e o uso de alternativas às estradas europeias mais saturadas. O eurodeputado já solicitou diversos pareceres sobre o assunto a associações do sector, estando também prevista a realização de uma audição pública.

### Possível subida das taxas de juro

Numa intervenção perante o presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, que reuniu com a Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu, Manuel dos Santos considerou que a situação de indisciplina nas duas maiores economias da zona euro (França e Alemanha) acabará por conduzir à subida das taxas de juro.

"Tal subida poderá ser adiada se continuar a haver uma valorização do euro face ao dólar, mas nesse caso pode estar em causa a própria recuperação económica da Europa", afirmou, acrescentando que uma valorização de 10 por cento na cotação do euro corresponde, num ano, a uma perda potencial de crescimento na ordem de um por cento.

CARLOS LAGE

## UNIÃO DEVIA ADOPTAR MEDIDAS DE EMERGÊNCIA PARA A PESCA

O fracasso de acordos de pesca com países terceiros deveria ter de imediato uma resposta global para suprir as situações de vulnerabilidade daí decorrentes para as comunidades piscatórias, adoptando medidas de emergência, considerou o eurodeputado Carlos Lage, ao intervir em plenário sobre a alteração do Regulamento

referente à reconversão dos navios e pescadores que até 1999 estavam dependentes do acordo de pesca com Marrocos. Referindo-se à revisão deste plano de apoios, adoptado em 2001, o eurodeputado sublinhou as "deficiências e fragilidades" que agora se procuram corrigir e que poderiam ter sido evitadas se a

Comissão Europeia "tivesse dado ouvidos ao Parlamento quando o assunto foi debatido.

"Para que a União não tenha de responder apenas pontualmente a este tipo de colapsos, devem ser previstas medidas de emergência mais globais e adequadas", defendeu Carlos Lage.

FERRO RODRIGUES

## FRACASSO DA CIMEIRA DE BRUXELAS DÁ RAZÃO AO PS EM ADIAR REFERENDO

O fracasso da Cimeira de Bruxelas que deveria ter decidido a adopção de uma Constituição para a União Europeia veio dar razão ao Partido Socialista ao defender a realização do referendo para uma data posterior à realização das eleições europeias e regionais, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, durante a Convenção Autárquica Distrital do PS/Visu.

"Este adiamento em matéria de Constituição europeia significa que o PS teve razão e que não faz qualquer sentido estar a antecipar calendários de um referendo sobre a matéria, quando não se sabe se, e quando, haverá uma Constituição europeia", disse Ferro Rodrigues.

Para o secretário-geral do PS, a data mais adequada para a realização de um referendo será no final do próximo ano, início de 2005, "se entretanto os impasses forem ultrapassados e a Europa se dotar de uma Constituição". Neste contexto, considerou que "não faz qualquer sentido" que o primeiro-ministro Durão Barroso já tenha assegurado que o referendo sobre a Constituição se realizaria



Referendo sobre a Europa só em final do próximo ano ou início de 2005

em simultâneo com as eleições europeias, em 13 de Junho próximo.

Ferro Rodrigues criticou os países que se opuseram à aprovação da Constituição, designadamente a Espanha e a Polónia,

considerando que depois das eleições espanholas haverá possivelmente mais condições para se resolverem alguns impasses. "Há Estados onde os interesses eleitorais e outros do ponto de vista

nacional continuam a ser superiores ao interesse da construção europeia", afirmou.

No entanto, o secretário-geral do PS também sublinhou que a Constituição é

um instrumento demasiado importante para ser tratado de ânimo leve, pelo que "não faria qualquer sentido aprovar um mau texto, a qualquer custo".

Ferro Rodrigues criticou ainda o facto do Governo português não ter levado para o debate os problemas relacionados com a coesão económica e social em matéria de Constituição, na medida em que eles irão ter uma grande importância dentro de pouco tempo, quando se discutirem as perspectivas financeiras da União Europeia e a reforma dos Fundos Estruturais. "Acho que Portugal teve um protagonismo inferior ao que deveria ter tido, mesmo numa situação de impasse e dificuldade como a que se viveu", afirmou.

Como resultado positivo da Cimeira de Bruxelas, Ferro Rodrigues salientou o facto de os líderes europeus terem decidido atribuir a Portugal a Agência Europeia de Segurança Marítima. Na opinião do líder do PS, tal decisão ficou a dever-se "em 75 por cento aos Governos do PS que apresentaram a proposta e trabalharam no sentido dela vir a contemplar o nosso país".

## FERRO ESCREVE A LÍDERES EUROPEUS PARA REFORMAR PACTO DE ESTABILIDADE

"Perante um Pacto estúpido, a solução não é acabar com ele; a solução é acabar com a estupidez", disse o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa carta que enviou aos líderes socialistas europeus para exigir a reforma do Pacto de Estabilidade Crescimento, cuja rigidez não só tem impedido o crescimento em alguns Estados-membros, como a sua credibilidade tem vindo sucessivamente a ser abalada pelo assumido desrespeito dos seus critérios por parte da França e da Alemanha.

Neste sentido, Ferro Rodrigues afirma que "a boa solução" para a Europa, para os Estados-membros e para a estabilidade da economia mundial é a de voltar a construir um instrumento credível de coordenação das políticas económicas

e orçamentais, articulando os equilíbrios macroeconómicos, com os objectivos do crescimento e emprego.

"Se acreditamos na consolidação e no rigor orçamental, se queremos emprego, bem-estar, crescimento económico, é nossa obrigação enquanto socialistas reformar o Pacto, designadamente para que os objectivos traçados na Cimeira de Lisboa, de Março de 2000, sejam concretizados", afirma o líder do PS. Ferro Rodrigues considera que, hoje, é possível identificar as principais fragilidades do Pacto e os motivos por detrás da necessidade da sua reforma. "O Pacto revelou demasiada rigidez face às flutuações de natureza conjuntural e não demonstrou capacidade para ser um instrumento de combate e inversão

da fase baixa do ciclo económico", afirma.

Segundo explica, o PEC centrou-se exclusivamente no critério do défice, e esse não é o único da disciplina orçamental, devendo também ser consideradas a variação da despesa ou a dimensão da dívida pública. Além disso, não incluiu a necessária diferenciação entre as situações estruturais dos países subscritores do Pacto e foi cego face à natureza da despesa pública.

"Estas fragilidades – afirma Ferro Rodrigues – tiveram impacto diferenciado, consoante as especificidades de partida de cada país e, sabemos hoje, Portugal foi uma das principais vítimas desses erros".

PAULO CASACA

## AÇORES PODERÁ VOLTAR A PRODUIZIR VINHOS COM CASTAS LOCAIS

A União Europeia poderá levantar a proibição da utilização de castas intraespecíficas ou de "produtor directo" na produção de vinho, em vigor desde 1995, e que atinge particularmente os arquipélagos dos Açores e da Madeira, revela um estudo enviado pelo comissário europeu responsável pela agricultura, Franz Fischler, ao eurodeputado Paulo Casaca.

Neste contexto, numa carta enviada a Franz Fischler como resposta, o eurodeputado defende que a legislação relativa ao vinho devia ser profundamente alterada, de forma a acabar com a proibição generalizada das variedades intraespecíficas ou de "produtores directos".

Com efeito, o possível levantamento daquela proibição que vigora desde 1995 é particularmente importante para as ilhas

de São Miguel e do Pico, onde as referidas castas são muito utilizadas em vinhos como o "Morangueiro", "Americano" ou o "Vinho de Cheiro".

Ao defender a alteração da legislação, Paulo Casaca considera que devia também haver controlos sistemáticos sobre o teor de metanol (álcool nocivo) presente nos vinhos obtidos a partir de castas propícias ao aparecimento daquele agente.

## LAMEGO NO MINISTÉRIO DOS REFUGIADOS DA ADMINISTRAÇÃO IRAQUIANA



A estruturação do Ministério dos Refugiados e Deslocados Internos é uma das principais funções que o socialista José Lamego irá desempenhar na administração do Iraque, na qualidade de conselheiro especial nomeado pelo Governo português.

Nas suas funções, José Lamego está a trabalhar juntamente com o ministro responsável por aquela área, o xiita Jassmim Al-Otbee, natural de Bassorá.

Com o objectivo de preparar a sua ida para o Iraque, aquele socialista reuniu-se previamente em Genebra com o Alto-Representante das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Rudd Lubbers, e com o presidente da Organização Internacional para as Migrações, Brunson McKinley. Depois de alguns adiamentos da sua partida para o Iraque, devido a problemas de natureza burocrática, José Lamego deixou Lisboa no passado dia 3 de Dezembro.

Com a recente detenção do ex-ditador Saddam Hussein, José Lamego considera que existem condições para que aumente a segurança no país.

## TRÊS PERGUNTAS A ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

### Porque é que falhou a Cimeira de Bruxelas, inviabilizando assim o nascimento da futura Constituição europeia?

Porque o egoísmo de dois Estados, Espanha e Polónia, prevaleceu sobre o ideal europeu. Aqueles dois países não querem abdicar de um poder circunstancial que lhes foi atribuído em Nice, em favor de um método de decisão (no Conselho) mais claro e, acima de tudo, respeitador do princípio da igualdade dos Estados. Quem perdeu, com o adiamento da decisão, foram os cidadãos europeus que têm problemas comuns (desastres ambientais, imigração ilegal, criminalidade organizada, mas para os quais tardam soluções comuns.

### Quais passos que a União deveria agora dar para ultrapassar este impasse?

A situação não é fácil. Em duas semanas o ideal europeu sucumbiu ao egoísmo dos Estados (o processo da aprovação do Tratado Constitucional e a "absolvição" da França e da Alemanha pelos seus défitos excessivos) e esses factos constituem mais um sinal. Julgo que o mais sensato é fazer uma pausa e reflectir sobre as sucessivas evoluções institucionais. Extrair consequências face aos resultados e avançar para uma conceptualização de arquitectura institucional da União, com base em critérios objectivos e coerentes, decorrentes da dupla legitimidade em que assenta a União: igualdade de Estados e igualdade de cidadãos. O calendário de 2004 não ajuda muito a essa reflexão, mas têm de ser feitas opções.

### Porque é tão importante para a Europa dotar-se de uma Constituição?

A União necessita de ter um único Tratado onde, com clareza, sejam definidos os seus valores e objectivos, as suas competências e o modo de funcionamento das suas instituições, bem como um conjunto de direitos fundamentais, se quer - como nós socialistas defendemos - ser mais que um simples mercado com uma moeda única.

Este Tratado Constitucional, elaborado por livre vontade dos Estados e numa base de reciprocidade, tem um significado político que vai mais além do que representa o seu significado jurídico.

Trata-se de um pacto entre Estados e cidadãos europeus que expressam uma vontade política de constituir uma comunidade e não apenas uma sociedade.

## LUÍS MARINHO PUBLICA LIVRO

"Europa na hora da verdade" é o primeiro livro de Luís Marinho lançado em Lisboa no passado dia 10, e em Coimbra a 11. Trata-se de uma obra que condensa grande parte dos artigos de opinião que o eurodeputado socialista foi publicando, em diversos jornais, ao longo dos 16 meses que duraram os trabalhos da Convenção a que pertencia por indicação do Partido Socialista Europeu.

Confessando que nunca esteve na sua ideia a publicação de um livro, Luís Marinho explicou que este só acontece após verificar que nas suas crónicas há uma ideia central que passa por "acreditar na Europa e que Portugal só faz sentido no quadro europeu". Com a vantagem de terem sido escritas a par do evoluir dos trabalhos dos convencionais, algumas das quais no "Acção Socialista".

Pedro Vieira, jornalista da "Visão", a quem coube a apresentação da obra, realçou a sua valia afirmando que ela é "indispensável para estudantes e académicos", tendo também salientado que o livro em presença "não é partidário apesar de ter sido escrito por um socialista".



## ANTÓNIO JOSÉ SEGURO

# DOZE RAZÕES PARA JUSTIFICAR UMA CONSTITUIÇÃO EUROPEIA

Há pelo menos doze razões que levam o Partido Socialista a ser favorável ao projecto de Constituição europeia. Estas razões foram apresentadas pelo deputado socialista António José Seguro, durante uma intervenção a propósito de uma interpeleção parlamentar suscitada pelo Bloco de Esquerda para discutir a Constituição europeia.

Em primeiro lugar, o deputado socialista citou o facto da Constituição incluir a Carta dos Direitos Fundamentais, dando-lhe, portanto, força vinculativa. Por outro lado, porque apresenta a coesão económica, social e (pela primeira vez) territorial como um dos objectivos da União europeia.

A terceira razão prende-se com o facto do projecto definir valores com os quais o PS se identifica, designadamente a dignidade humana, a paz e a prosperidade como condições para a realização do progresso social.

A Constituição clarifica e torna mais transparente a acção da União europeia, no respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade e reforça o papel dos parlamentos nacionais que, pela primeira vez, podem interferir no processo de decisão comunitário. Também o processo de



decisão é mais simples, o que constitui uma vantagem para a percepção que os europeus têm da União Europeia, enquanto a instituição das cooperações reforçadas permitirá progressos à medida da vontade dos Estados-membros, como aconteceu, por exemplo, com o euro. Existe, por outro lado, uma cláusula de solidariedade, o que permite que numa situação de catástrofe todos os Estados-membros possam agir em defesa de um único Estado em dificuldades.

A clarificação do artigo 10º é também

uma razão de peso, já que assim fica esclarecido que o primado do direito comunitário sobre o direito nacional não é uma coisa nova, antes faz parte do acervo comunitário desde 1962, o que é importante para acabar com uma ambiguidade que tem dado azo a manifestações de populismo.

A décima razão prende-se com o facto de agora se prever que um Estado possa deixar livremente a União, em circunstâncias especiais. Por outro lado, há

transparência nas decisões do Conselho de Ministros quanto ao processo legislativo e, finalmente, porque a figura do presidente do Conselho Europeu não reforça o directório.

"Queremos uma União Europeia - disse António José Seguro - onde seja possível, livremente, partilhar a soberania. E aqueles que entendem que é possível mais União Europeia sem partilha de soberania não querem uma coisa nem outra, porque esse é um exercício impossível".

## ANA GOMES

# PORTUGAL DEVE ESTAR NO CENTRO DO PROJECTO EUROPEU DE DEFESA

É fundamental que o Governo valorize a participação portuguesa na cooperação estruturada e na estratégia de defesa comum europeia, sem esquecer os compromissos assumidos no seio da NATO.

Esta a posição reiterada por Ana Gomes, numa audição pública sobre "Defesa Europeia e Cooperação Transatlântica, promovida pelo Departamento de Relações Internacionais do Partido Socialista, que decorreu no Centro Jean Monnet, no passado dia 9 de Dezembro. Face às novas ameaças que afectam a segurança mundial, como o terrorismo, a dirigente socialista alertou para a urgência de se encontrarem "novas respostas".

"Avançar na política de defesa comum é absolutamente essencial para que o projecto europeu possa evoluir com sucesso e isso implica planificação e investimento", afirmou, reincidindo na ideia de que Portugal não deve manter-se à margem deste processo e criticando a "posição ambígua" assumida até agora pelo Governo de direita.

Mas, disse, não basta participar, "é preciso que o nosso país integre o núcleo duro deste projecto", porque, rematou, "este é um sector estratégico que pode ir de encontro aos nossos interesses económicos e sociais".

No caso específico do Iraque, Ana



A existência de uma política comum de defesa é essencial para o projecto europeu

Gomes classificou a missão como "um desafio a curto prazo", perante o qual Portugal não pode virar costas e onde a participação europeia deve ser programada no quadro de "uma verdadeira força internacional, devidamente mandatada pelas Nações Unidas".

No debate moderado por Luísa Meireles, a jornalista classificou 2004 como um ano "crucial para a Europa", numa conjuntura de debate da futura constituição europeia.

Presente na sessão, o docente universitário Luís Moita posicionou-se

como "totalmente partidário de uma arquitectura política na União", ressaltando, porém, não acreditar que esta passe pela via de um novo equilíbrio do terror.

"A Europa pode e deve desempenhar um papel importante na prossecução do objectivo de fomentar o abaixamento dos níveis de armamento", considerou. Por seu turno, Vasco Rato defendeu uma política de defesa e segurança comum que tenha como meta exclusiva a prevenção e gestão de conflitos.

MARY RODRIGUES



JORGE COELHO DENUNCIA

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA ESTÁ FEITO EM CACOS

Com o Ministério da Administração Interna "completamente feito em cacós", a autoridade de Estado deixou de existir em Portugal, denunciou Jorge Coelho na intervenção que efectuou na Convenção Autárquica do PS/Viseu. O deputado do PS afirmou ser "inacreditável o que se passa em Portugal na área da segurança", lamentando que, a seis meses do Euro 2004, o País não esteja, como deveria, "totalmente sereno, tranquilo, com a sua macroestrutura da área da segurança totalmente estabilizada e os órgãos a trabalhar em pleno".

E acrescentou: "As polícias, a protecção civil, os serviços de informações, tudo devia estar há muito tempo totalmente sereno ao nível da sua macroestrutura, da direcção, para que o País estivesse já a trabalhar em problemas concretos".

No entanto, frisou, o que se vive actualmente em Portugal é "a irresponsabilidade total", com "o MAI completamente feito em cacós", sem um órgão que tenha a direcção estabilizada. "A GNR, praticamente de dois em dois



O primeiro-ministro é o único e máximo responsável pela bagunça que se vive em Portugal

dias, avança com um nome para a Brigada de Trânsito. Conforme avançam, assim caem, já nem se sabe quem os propõe e quem é que os tira, a confusão é total", disse.

Por outro lado, "na protecção civil tudo tem acontecido, uma tragédia total, os serviços de informações não têm

direcção, nada daquilo funciona, e o secretário de Estado põe nos jornais que está farto do ministro".

Perante este cenário, Jorge Coelho disse que "o responsável único e máximo da bagunça que se vive em Portugal" é o primeiro-ministro, Durão Barroso, "acolitado por Paulo Portas".

MORREU RAUL JUNQUEIRO

## UM VISIONÁRIO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Vítima de doença prolongada, faleceu no dia 3 o ex-dirigente socialista e antigo secretário de Estado das Comunicações do Governo de Mário Soares na década de 80, Raul Junqueiro. Contava 55 anos.

Natural de Viseu, Raul Junqueiro, irmão de José Junqueiro, líder da Federação do PS/Viseu, era actualmente presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Telecomunicações (APDC).

"Perdemos um amigo e um companheiro de muitas causas", afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, manifestando "profundo pesar" pelo desaparecimento de Raul Junqueiro "que foi deputado do PS, secretário de Estado, gestor e, sobretudo, um dos mais empenhados combatentes pelo desenvolvimento das comunicações e da sociedade da informação em Portugal".

"O seu percurso de homem público perdurará", sublinhou o secretário-geral do PS, prestando, em seu nome pessoal e do partido, homenagem "ao democrata, ao socialista e ao homem de bem que foi e será Raul Junqueiro".

À família enlutada, e muito em especial ao nosso camarada José Junqueiro, o "Acção Socialista" apresenta as mais sentidas condolências.

### Breves

#### FEDERAÇÕES

Teve lugar na passada segunda-feira uma reunião da **Federação de Beja** com os militantes desta estrutura, que contou com a participação de Pedro Adão e Silva, do Secretariado Nacional.

Numa iniciativa conjunta da **Federação do Porto** e da **Concelhia de Gondomar do PS**, teve lugar no dia 5 um debate subordinado ao tema "Metro do Porto: das expectativas ao desrrote".

Moderado por Rio Fernandes, o debate teve como oradores Francisco Assis, Fernando de Jesus, Ricardo Bexiga e Guilherme Ferreira.

#### CONCELHIAS

A **Comissão Política da Concelhia de Ourique do PS** emitiu um comunicado dando conta das razões que levaram os vereadores e os eleitos socialistas à Assembleia Municipal a votarem contra o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2004 daquela autarquia.

O dirigente socialista Pedro Adão e Silva esteve presente no jantar de Natal da **Concelhia de Figueiró dos Vinhos**, que teve lugar no passado sábado.

A **Comissão Política Concelhia de Mangualde** homenageou no dia 13 um dos seus fundadores, o camarada António Lúcio Albuquerque, num jantar que reuniu 500 pessoas de vários quadrantes políticos.

O presidente da Federação do PS/Porto, Francisco Assis, deu posse à **Comissão Política da Concelhia de Felgueiras**, presidida pelo camarada Manuel Inácio de Lemos. Na ocasião, os dois socialistas salientaram o clima de "unidade" existente com vista à "vitória nas próximas eleições municipais".

A **Concelhia de Tavira do PS** homenageou os seus fundadores, no âmbito da tradicional Festa de Natal, que reuniu no sábado, em Cabanas, cerca de duas centenas de militantes e simpatizantes.

A **Concelhia do PS/Mondim de Basto** emitiu um comunicado criticando a aquisição de um automóvel de luxo pelo presidente da câmara local, com uma verba de milhares de euros inicialmente destinada ao saneamento básico, num concelho com carências a vários níveis.

A decisão da Câmara de Lisboa de avançar com a instalação de uma gasolinera em plena zona residencial do Alto da Faia, em Telheiras, apesar dos veementes protestos da população e da oposição, foi classificada pela **Concelhia de Lisboa do PS** como "uma manifestação de arrogância".

Jorge Coelho participou num jantar de Natal com militantes da **Concelhia de Lisboa**, onde criticou Santana Lopes por ter triplicado o Orçamento da Câmara para publicidade e diminuído o investimento em segurança.

O **PS/Ourém** exige a introdução de algumas obras relacionadas com a educação e ambiente no Orçamento camarário como condição para aprovar o documento em Assembleia Municipal.

#### SECÇÕES

As questões europeias foram o tema de um debate na **Secção da Ajuda**, no dia 3, que contou com a presença de António José Seguro, director do Gabinete de Estudos do PS.

#### MULHERES SOCIALISTAS

A necessidade de se arrancar com o **Departamento das Mulheres Socialistas da Federação Oeste do PS** foi o tema da reunião de Sónia Fertuzinhos com os dirigentes da FRO e presidentes de câmara e junta socialistas de Torres Vedras, que teve lugar no dia 3, no auditório da câmara municipal local.

#### GRUPO PARLAMENTAR DO PS

O **Grupo Parlamentar do PS** promoveu audições públicas sobre

financiamento das artes do espectáculo que decorreram nos dias 9 e 12 de Dezembro, respectivamente, no auditório novo da AR, em Lisboa, e na Fundação Cupertino Miranda, no Porto. Estas iniciativas tiveram como coordenadores os deputados socialistas Augusto Santos Silva e Manuela de Melo.

No âmbito das **Jornadas Parlamentares sobre Saúde** em Coimbra, os deputados socialistas efectuaram visitas institucionais ao reitor da Universidade de Coimbra, Associação Académica, Instituto Politécnico, Câmara Municipal e bispo de Coimbra.

No quadro das Jornadas, a  **direcção do GP/PS** teve um jantar de trabalho, no passado domingo, 14 de Dezembro, com deputados de Coimbra e o Secretariado da Federação, e na terça-feira, 16, os deputados do GP/PS jantaram com militantes do distrito.

#### AUTARQUIAS

Os **vereadores socialistas da Câmara de Viseu** justificaram o seu voto contra o Orçamento municipal para 2004 alegando que este é "iluscionista" e voltaram a apontar "a forma pouco democrática e até ilegal" como Fernando Ruas e o PSD dirigem a autarquia, como se de uma "quinta privativa" se tratasse.

Os **vereadores do PS da Câmara de Baião** solicitaram ao Ministério Público a anulação da aprovação final do Plano de Urbanização daquela vila. Na origem desta acção dos socialistas está o facto de o Executivo da câmara, de maioria PSD, ter submetido à assembleia municipal a aprovação final do Plano de Urbanização sem que os vereadores do PS tivessem um documento que provasse aquilo que se estava a votar.

#### INTERNACIONAL

Vitor Ramalho representou o PS no Congresso do MPLA, que decorreu de 6 a 9 de Dezembro, em Luanda. O deputado socialista foi portador de uma mensagem do secretário-geral, Ferro Rodrigues.

## DEPUTADA QUER GARANTIAS DE SEGURANÇA PARA OS PESCADORES

Um grave acidente na faina da sardinha ocorrido a vinte milhas do Porto de Leixões que deixou um pescador com uma incapacidade física para toda a vida, devido a não ter sido assistido de uma forma "rápida e eficiente", motivou a apresentação de um requerimento no Parlamento pela deputada do PS Paula Cristina.

No documento dirigido ao primeiro-ministro, a deputada socialista pretende apurar se é verdade ou não que existe falta de meios como refere a Polícia Marítima e saber onde estava na altura do acidente a lancha rápida atribuída à Guarda Fiscal.

Paula Cristina quer ainda que o primeiro-ministro esclareça se o Governo assume as responsabilidades gravíssimas deste acidente indemnizando o sinistrado e os seus familiares e pergunta onde estão as garantias de segurança e de assistência mínimas, quando no dia-a-dia os pescadores lutam pela sua sobrevivência.

### Escola EB 1,2 de Águas Santas

Num outro requerimento, a mesma deputada questiona o Ministério da Educação sobre quais os critérios que levaram à exclusão da construção da Escola EB 1,2 de Águas Santas do PIDDAC para 2004.

No documento, Paula Cristina pergunta ainda ao ministério se tem presente as graves consequências para o concelho da Maia e em particular para a Freguesia de Águas Santas com a tomada desta decisão e se há perspectiva de incluir novamente a construção desta escola nos objectivos prioritários do Governo.

## NAZARÉ

### PEDIDA AVERIGUAÇÃO DO ESTADO DO FAROL DA BARRA DO PORTO



Uma averiguação do estado do farol da barra do porto da Nazaré, que terá sido afectado pela queda de parte do molhe, foi reclamada pelo deputado do PS José Miguel Medeiros num requerimento enviado ao ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação.

Segundo informações recolhidas pelo deputado e também presidente da Federação do PS de Leiria, "a ponta do molhe do porto de abrigo

da Nazaré, que ruiu por acção do mar, pode pôr em risco o funcionamento do farol de luz vermelha que, juntamente com a luz verde do pontão Sul, assinala a entrada no porto".

Salientando que "o direito à segurança e à protecção da integridade física dos cidadãos são direitos constitucionalmente tutelados", José Miguel Medeiros pediu ao ministro Carmona Rodrigues uma avaliação dos danos e a correcção rápida do problema.

Apresentando no requerimento o caso da Nazaré como exemplo, e "dada a antevisão de um Inverno extremamente rigoroso", o parlamentar socialista exige medidas "para evitar situações de potencial perigo quanto à iluminação nos portos de abrigo".

## DEPUTADOS SOCIALISTAS NA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO CONSTITUCIONAL

A bancada socialista apresentou na passada segunda-feira os nomes dos deputados do PS que vão integrar a Comissão Eventual de Revisão Constitucional.

São eles: António Costa, Alberto Martins, José Magalhães, Maximiano Martins, Medeiros Ferreira, Jorge Lação, Vitalino Canas, Osvaldo Castro, Silva Pereira, Eduardo Cabrita, Strecht Ribeiro e Fagundes Duarte.

## NOVO REGIME DE APOSENTAÇÕES

### CONTRA O ATROPELO DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

O PS manifestou-se categoricamente contra o novo estatuto da aposentação da função pública, feito aprovar pela maioria parlamentar de Direita, no passado dia 4, em votação final global.

No debate na generalidade, o diploma foi fortemente criticado pela bancada socialista, que vaticinou um novo "chumbo" no Tribunal Constitucional. O PS defendeu que a "inconstitucionalidade se mantém", já que, explicaram os deputados socialistas, "o Governo não respeitou o princípio da negociação colectiva" que tem de presidir à fixação e alteração do estatuto de aposentação.

De acordo com uma declaração de voto apresentada por deputados socialistas, as "violações da Constituição" mantiveram-se após a discussão na especialidade. Assim, Artur Penedos, Paulo Pedrosa, Rui Cunha, Alberto Martins, Maria do Carmo Romão e Custódia Fernandes declararam ter votado contra o projecto de lei laranja/azul por entenderem que o mesmo "põe em crise o direito de negociação colectiva que a Constituição reconhece às associações representativas dos



O novo estatuto de aposentação atenta contra os direitos dos trabalhadores

trabalhadores da Administração Pública" e por considerarem que "as soluções apresentadas atentam contra expectativas jurídicas legítimas dos funcionários públicos".

É que, até agora, era possível a reforma na função pública desde que o funcionário tivesse 36 anos de serviço, independentemente da idade.

Essa possibilidade mantém-se com a

aprovação do actual diploma, mas prevê uma penalização de 4,5 por cento na pensão por cada ano de antecipação. O novo estatuto da aposentação prevê ainda alterações ao cálculo do valor das pensões.

De acordo com este novo regime, quem se quiser reformar com a pensão "por inteiro" terá de acumular 36 anos de serviço com, pelo menos, 60 anos de idade.

## AMBIENTE

### PS ALERTA PARA ESTRANGULAMENTO FINANCEIRO DO POLIS

A grave situação em que se encontra o programa Polis está na origem de mais um requerimento do PS ao Governo.

Para dar explicações ao País em relação ao estrangulamento financeiro deste projecto de ordenamento das cidades, torna-se, pois, urgente a ida do ministro Amílcar Theias ao Parlamento "com a maior brevidade possível", exige Pedro Silva Pereira.

É que, explicou o deputado, "o motivo para ouvir o ministro é a situação descalabro do programa de derrapagem nos calendários e não tanto a demissão de Nunes Correia [gestor nacional do programa Polis]", embora o PS também queira



questionar a tutela sobre essa demissão.

Segundo Pedro Silva Pereira, "em todo o ano de 2003, o Governo não transferiu um único cêntimo da Direcção-Geral do

Tesouro para as Sociedades Polis, violando assim grosseiramente a lei e os compromissos assumidos".

"Falta de vontade política", considerou o parlamentar, acrescentando depois que "o Governo demorou quinze meses a concretizar a já prevista redução da taxa do Polis para 5 por cento, causando com isso um longo período de incerteza e de reprogramação".

Além disso, o Executivo também "não tomou uma única medida para superar as situações de bloqueio que se verificam por todo o País e que são responsáveis pela generalizada derrapagem nos calendários fixados", concluiu.

## GUARDA

### SOCIALISTAS CONTRA DESMANTELAMENTO DA PONTE DO POCINHO

Preocupados com o eventual desmantelamento da centenária ponte rodo-ferroviária sobre o Douro no Pocinho, em Foz Côa, os deputados socialistas eleitos pelo círculo da Guarda, Pina Moura e Fernando Cabral, dirigiram um requerimento ao ministro das Obras Públicas pedindo informações sobre a actual situação, em termos de segurança, desta infra-estrutura e se está a decorrer ou está prevista alguma intervenção.

O requerimento surge na sequência de informações recolhidas pelos deputados

socialistas, segundo as quais técnicos da REFER e da Direcção de Estradas da Guarda terão manifestado à Câmara de Vila Nova de Foz Côa "o interesse em que a ponte sobre o rio Douro, no Pocinho, passasse para a alçada da autarquia, com os óbvios encargos de reparação e manutenção", acrescentando que caso o município não aceitasse essa tutela, "a ponte seria eliminada".

"A confirmarem-se estas intenções, a situação é, em nosso entender, grave e revela uma completa falta de senso",

afirmam os parlamentares do PS, sustentando que "difícilmente uma autarquia do interior terá capacidade financeira para aceitar um desafio como aquele que foi colocado à Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa".

Por isso, Pina Moura e Fernando Cabral querem que o ministro Carmona Rodrigues informe "quais as orientações, e dadas por quem, que levaram os técnicos da REFER e da Direcção de Estradas da Guarda a efectuar a proposta à Câmara".

# SERÁ NECESSÁRIO REORGANIZAR O TERRITÓRIO PARA DESENVOLVER O PAÍS?

Proponho-me contribuir para o debate sobre os modelos de áreas metropolitanas que a nova legislação sobre este assunto veio lançar.

**ARNALDO RIBEIRO\***

## Um enquadramento geral teórico sobre a gestão do território

O Estado tem, essencialmente, dois modos de organização do espaço físico: o modo de organização sectorial (MOS) e o modo de organização territorial (MOT)

O MOS exige do Estado e das autarquias locais uma visão sectorializada dos problemas económicos e sociais e uma intervenção com objectivos de mudança e de desenvolvimento sustentado.

O MOT, que não é já a outra face da acção pública, diz respeito a um maior investimento do Estado com as autarquias locais quando o impulso é o equipamento e a criação de infraestruturas básicas necessárias. Afinal, uma intervenção com objectivos de estabilidade e de crescimento.

Ora esta aceção teórica condiz a prazer com a identidade política do actual Governo de direita e o processo de metropolização em curso reveste esta forma de pensar a territorialização do país.

Isto a propósito da nova legislação sobre as configurações intermunicipais que o Governo aprovou em Maio do corrente ano (DL 10 e 11/03 de 13 de Maio, com bênção divina?). O Governo da nação optou pelo modo da estabilização social com o reforço dos actuais municípios e a criação de novas áreas metropolitanas.

Na verdade, estas novas entidades não são novas autarquias, no sentido constitucional. As autarquias portuguesas continuam a ser as Regiões (por instituir), os Municípios e as Freguesias, tal como fixado na Constituição.

A introdução destas novas figuras de direito público é meramente uma extensão do direito municipal, na perspectiva em que trata de entidades criadas por vontade dos municípios, como acontece já com as associações de municípios que conhecemos. Os autarcas terão que aderir às propostas do Governo, e, no quadro da presente legislação, adoptar uma ou outra forma de organização administrativa intermunicipal ou eventualmente fixar-se nas actuais associações de municípios, adaptadas estas à legislação de Maio.

As configurações geográficas são portanto da responsabilidade política destes eleitos e das suas instituições, em particular as assembleias e as câmaras municipais, sendo que estas últimas detêm o direito de iniciativa.

Quanto à dimensão modelar que poderíamos defender, isto para os diversos concelhos do País, deve-se referir que na teoria da administração pública, a dimensão das estruturas não é proporcional à sua eficácia: grandes estruturas conseguem melhor desempenho do que as pequenas e vice versa. Tudo dependendo da estratégia adoptada, dos planos de acção definidos e dos meios colocados à disposição da estrutura. Os municípios e em concreto as suas estruturas políticas legítimas devem reflectir, na realidade, sobre o que querem fazer, com quem e com que meios. As actuais associações de municípios possuem já um tempo de vigência suficiente para poder apresentar resultados do seu desempenho político e dos resultados alcançados. Antes portanto de discutir as configurações de superfície(s) deveríamos (eleitos e sociedade civil, acentuo esta relação pois os cidadãos e os militantes políticos têm participado pouco neste debate) assentar sobre as estratégias e os projectos de desenvolvimento que melhor satisfazem as populações actuais e futuras. Depois, naturalmente colocar-se-á a questão da dimensão territorial mais adequada para atingir esses objectivos, optando-se por uma comunidade alargada a quatro, sete ou mais municípios.

Chamo a atenção para a necessidade de algumas soluções vindas a público relativamente às configurações territoriais que se anunciam, parecerem resultado de estruturas existentes que comandam as estratégias políticas, estas subalternizadas, o que na minha opinião, não deveria acontecer. Pois a responsabilidade é, antes de mais, de ordem política e nunca de ordem técnica. Quando tal não se verifica, é porque a estrutura comanda a estratégia, o que é necessário ser corrigido.

Na França de 2001, assiste-se a uma profusão de experiências interterritoriais, intercomunalidades, interregionalidades e metropolizações, sendo que as dúvidas dos peritos permanecem sobre o aprofundamento da democracia local e da cidadania. Afinal, parece que a metropolização encomendada pelo Governo, jacobino, e de direita, tal como em Portugal, indicia uma verdadeira demissão das suas funções tradicionais nos territórios. Investigadores questionam se este não estará a "colonizar" os municípios e a procurar mobilizá-los para uma associação à gestão da coisa (crise) pública que compete ao Estado central. Então podemos formular a pergunta: onde residirá a singularidade do local? se constrói-se e/ou persiste a confusão semântica e funcional entre os diferentes níveis de governo.

E deixo a pergunta: Será a intermunicipalidade um paliativo da falência do Governo central?

A nova legislação sobre as áreas metropolitanas contem alguns indícios que referimos. Há uma clara opção pelo modo territorial de gestão do País. É pena que assim seja, pois Portugal precisa de mudança e de projectos arrojados de desenvolvimento.

\*Arnaldo Ribeiro é militante de Viana do Castelo (Secção da Margem Esquerda) e prepara uma tese de mestrado sobre "Governância local e participação dos cidadãos" ([www.governancia.blogspot.com](http://www.governancia.blogspot.com))

Correio dos Leitores

*Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: [accaosocialista@ps.pt](mailto:accaosocialista@ps.pt) ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa*

## O SEGREDO DE JUSTIÇA E A COMUNICAÇÃO SOCIAL

[...]

O que mais interessaria é que não houvesse segredo de justiça nem nenhum dos outros segredos, dado que estes impedem ou dificultam a transparência e facilitam a vida a métodos e procedimentos menos sérios, encobrem práticas irregulares e criam situações de injustiça, favor e corrupção; minam os alicerces do Estado de Direito que são a certeza, a boa-fé e a confiança. Bastaria ter mais respeito pelo princípio da transparência em que assentam as sociedades mais desenvolvidas; fazer funcionar efectivamente os mecanismos de controlo e de responsabilização sobre todos os agentes responsáveis pela notícia quando esta ponha em causa valores, interesses ou direitos que tenham de ser protegidos.

O sistema em que vivemos está carregado e tolhido por excessivo número de segredos funcionais (segredo de justiça, sigilo bancário, segredo fiscal, segredos profissionais vários), segredos que, afinal de contas, servem para muito pouco. Mais parece que fazemos todos parte de uma sociedade secreta, onde tudo tem de ser escondido de todos; ninguém sabe de nada, mas todos querem saber da vida de cada um; tudo está sujeito a segredo quando alguém pergunta, mas logo tudo se fica a saber e ninguém é responsabilizado. No fim de tudo isto, feitas as contas, ninguém tem culpa, esta vai ter de continuar solteira até morrer.

E já agora se alguém tiver de ser culpado que sejam os "curiosos" dos jornalistas, esses "malandros" que não têm mais que fazer e que insistem em "perturbar" esta paz podre em que alguns teimam em viver na ilusão de que os costumes vão continuar brandos no Portugal globalizado.

*Domingos Pereira de Sousa*

### FEDERAÇÃO DISTRITAL DO PORTO

## NOTIFICAÇÃO EDITAL

Fica notificada Fátima Felgueiras, militante n.º 20 888, de que, no processo disciplinar contra si instaurado, e nos termos do qual foram provados factos ilícitos, violadores do art.º 15º, alíneas c) e h) dos Estatutos do Partido Socialista, a Comissão Federativa de Jurisdição tomou a deliberação que, a seguir, se transcreve;

"DECISÃO

A Comissão Federativa de Jurisdição do Partido Socialista, em 3 de Setembro de 2003, deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta e aplicar à arguida a pena de expulsão, nos termos conjugados dos art.º 98º e 94º *in fine*, dos Estatutos do Partido Socialista, por ser a pena justa e adequada ao caso."

Mais fica notificada que esta decisão se torna definitiva se não for impugnada no prazo de 30 dias, contados da presente notificação, nos termos do n.º 5 do art.º 57º.

Em caso de recurso de impugnação, deve o mesmo ser dirigido à Comissão Nacional de Jurisdição e entregue na Secretaria da Federação do Porto do Partido Socialista.

O Processo está disponível na Secretaria da Federação do Porto do Partido Socialista para consulta pela própria ou por quem, por si, for mandatado.

O Instrutor do Processo  
Dr. Afonso Paixão

Data da publicação  
17 de Dezembro de 2003

[www.partido-socialista.pt/accao/](http://www.partido-socialista.pt/accao/)

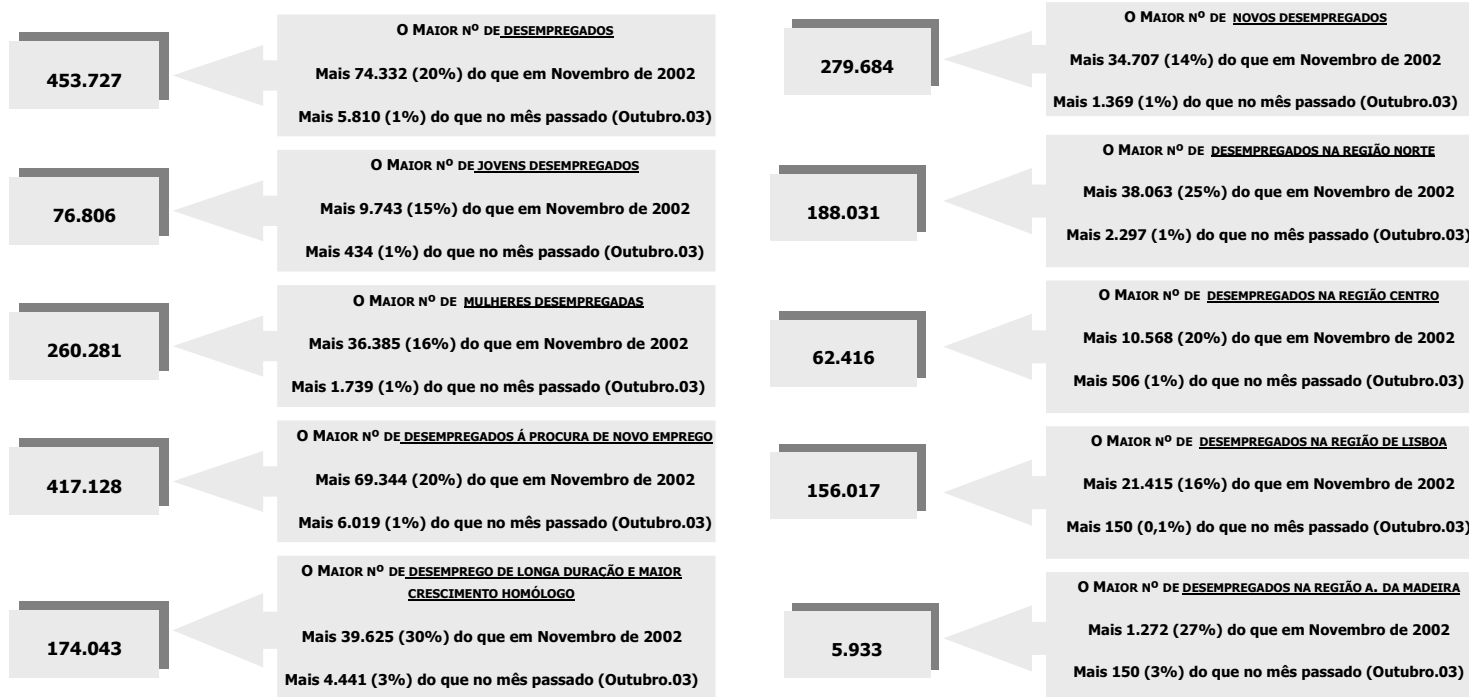


Acção  
**Socialista**

leia na internet

# OS NÚMEROS DA CRISE ECONÓMICA E SOCIAL

## NOVOS RECORDES DO DESEMPREGO EM NOVEMBRO DE 2003



**É COM O ESFORÇO DE TODOS  
QUE CHEGAREMOS  
DE NOVO À VITÓRIA NAS PRÓXIMAS  
ELEIÇÕES.**

"Os recursos financeiros, a par da capacidade mobilizadora de todas as nossas estruturas, são uma alavanca essencial para que possamos assegurar que a mensagem de esperança e confiança no futuro que o PS representa, possa chegar a todos os portugueses.

A alteração do sistema de financiamento partidário, cuja entrada em vigor o PSD impediu, ao contrário do que se encontrava consensualizado, e que permitiria continuar de forma sustentada a política de rigor e transparência que caracteriza a actividade do PS, obriga-nos a chamar todos os militantes e estruturas do Partido para um esforço de recolha de fundos para dar corpo à ambição de vitória que a todos nos anima."

*Eduardo Ferro Rodrigues*

Eduardo Ferro Rodrigues

# ESTA É A HORA DE DAR MAIS FORÇA AO PS.

**Informe-se junto da sua Secção ou Federação.**

Campanha de recolha de fundos realizada ao abrigo da lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.



**Acção  
Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt  
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval  
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33  
DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal  
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o